



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **SEAG**, com sede na Rua Raimundo Nonato, nº 116, Forte São João, Vitória/ES, CEP 29.051-015, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ANTEPROJETOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A REABILITAÇÃO DE TRECHOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO, COM EXTENSÃO TOTAL DE 271,63 KM**, conforme processo E-Docs nº 2025-R6ZVV, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

UASG: 925734

Código de Identificação CidadeES: 2025.500E0600012.01.0043

1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ANTEPROJETOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A REABILITAÇÃO DE TRECHOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO, COM EXTENSÃO TOTAL DE 271,63 KM**, conforme especificações contidas no Termo de Referência que acompanha este Edital.

1.2 - As OBRAS e/ou SERVIÇOS DE ENGENHARIA serão executados nos locais e de acordo com as informações pertinentes, as especificações e os quantitativos estimados, constantes dos documentos a seguir mencionados, os quais são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição, devendo ser rigorosamente obedecidos na apresentação da documentação e elaboração das propostas:

- (a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;
- (b) Anexo II – Requisitos de Habilitação;
- (c) Anexo III - Modelos do Edital;
- (d) Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

1.3 - A licitação será dividida em 3 (três) grupos/lotes, formados, cada um, por um único item, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos/lotes forem de seu interesse.



1.4 - Data da sessão pública: **30 de junho de 2026; às 14:00 h.**

1.5 - O modo de disputa será o **fechado**.

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de **técnica e preço**.

1.7 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da SEAG a cargo do Programa de Trabalho: 10.31.101.20.782.0062.3362; Fonte: 150000000 – Recursos não vinculados a impostos; Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações do orçamento da SEAG para o exercício de 2026.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, II, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



2.6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto



executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3 - DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

3.1 - Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes neste Edital e em seus Anexos, na forma do art. 15 da Lei 14.133/2021:

3.1.1 - Não haverá limite quanto ao número de empresas integrantes de cada consórcio.

3.1.2 - A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

3.1.3 - Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.1.4 - As empresas consorciadas não poderão participar da licitação de forma isolada ou através de outro consórcio.

3.1.5 - Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos.

3.1.6 - Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão da licitação.

3.1.7 - Na fase de execução contratual, a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de habilitação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

3.2 - As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

3.2.1 - A designação do consórcio, a indicação da finalidade de participação nesta licitação e de execução do contrato dela decorrente como seu objeto, e o endereço em que está estabelecido.

3.2.2 - A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

3.2.3 - A indicação da empresa líder como representante do consórcio.



3.2.4 - Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação.

3.2.5 - O prazo do consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

3.3 - Cada uma das empresas consorciadas deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no Edital.

3.4 - A comprovação da habilitação técnica consistente nas capacidades técnico-operacional e técnico-profissional exigidas poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

3.4.1 - As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de habilitação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no consórcio, na forma do art. 15, III, da Lei 14.133/2021.

3.4.2 - O registro ou inscrição no Conselho profissional deverá ser apresentado por todas as consorciadas.

3.4.3 - As declarações exigidas no Edital deverão ser apresentadas por todas as consorciadas.

3.5 - Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de habilitação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado.

3.5.1 - Para o consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma do art. 15, III, parte final, da Lei 14.133/2021.

3.5.2 - O acréscimo previsto neste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 15, § 2º, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, observando o compromisso assumido, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

3.7 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada,



respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do consórcio.

3.8 - Se exigida garantia de proposta ou garantia de contrato, será permitido que sejam apresentadas integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou por cada uma das empresas consorciadas, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação e julgamento das propostas de técnica e preço.

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta técnica e de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.



4.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelos licitantes, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta técnica juntamente com a proposta de preços, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - O licitante deverá formular sua proposta, considerando as disposições do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, que obriga aqueles que são contratados pela Administração Pública, a efetivar a contratação de mão de obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão de obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

5.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 - Os preços ofertados na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projetos e em todos os Anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades



adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.3 - Aberta a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço.

6.3.1 - Eventual postergação do prazo a que se refere o item anterior deve ser comunicada com antecedência mínima de 24H pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.4 - Após o recebimento das propostas, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de e análise julgamento de todas as propostas.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - A Comissão de Contratação verificará se os licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar para cada lote atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade



administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, a Comissão de Contratação reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 - contiver vícios insanáveis;

7.4.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 - O julgamento das propostas técnicas e de preços, conforme disposto nos itens subsequentes, será aplicado separadamente para cada lote.

Do julgamento da PROPOSTA TÉCNICA

7.6 - A proposta técnica de cada proponente será avaliada e pontuada de acordo com os critérios estabelecidos no item 8 do Termo de Referência e terá o valor máximo de 100,00 pontos.

7.7 - Os documentos pertencentes à proposta técnica deverão ser apresentados conforme orientado nos itens 8.15 e 8.16 do Termo de Referência e enviados pelo portal Compras.gov até a data da abertura da sessão.

7.8 - A Nota da Proposta Técnica será calculada da seguinte forma:

$$NPT = \frac{NPTA + NPTB}{2}$$

Onde:

NPTA = Nota da proposta Técnica A;

NPTB = Nota da proposta Técnica B.



7.8.1 - A Nota da Proposta Técnica A será calculada de acordo com a seguinte equação:

$$NPTA = \frac{\sum PSS}{4}$$

Onde:

NPTA = Nota da proposta Técnica A;

$\sum PSS$ = Pontos obtidos por serviço semelhante executado.

7.8.2 - A Nota da Proposta Técnica B será calculada a partir de três critérios, de acordo com a seguinte equação:

$$NPTB = NTB_a + NTB_b + NTB_c$$

Onde:

NPTB = Nota da proposta Técnica B;

NTB_a = Pontos obtidos por conhecimento do problema;

NTB_b = Pontos obtidos por metodologia e programa de trabalho;

NTB_c = Pontos obtidos por qualificação da equipe;

Do Julgamento do PREÇO

7.9 - O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 - A proposta de preço receberá pontuação conforme item 8 do Termo de Referência, sendo que a licitante que oferecer o menor valor obterá nota 100,00 (cem) e as demais licitantes terão suas notas aferidas a partir do menor preço dentre os participantes, conforme equação abaixo:

$$NPP = \frac{100 \times MPVO}{P}$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço;

MPVO = Menor Preço Válido Ofertado;

P = Preço em Exame.

7.11 - O Agente ou Comissão de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

7.12 - No caso de obras e serviços de engenharia serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021.

7.13 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59, § 5º, da Lei 14.133/2021.

7.14 - A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários indicados como relevantes no Termo de Referência, conforme disposto no art. 59, IV, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

7.15 - Na hipótese acima, os Licitantes deverão demonstrar que os valores de suas propostas são compatíveis com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

7.16 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.17 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte: a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor estimado.

Da Classificação FINAL

7.18 - A nota final de cada proponente será aferida conforme descrito no item 8 do Termo de Referência, que apresenta a equação abaixo:

$$NF = \frac{(70 \times NPT) + (30 \times NPP)}{100}$$

Onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preço



7.19 - A classificação final das licitantes será organizada em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, passando para a fase de habilitação a licitante que atingir a maior nota final da proposta.

7.20 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação da licitante melhor classificada serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os documentos previstos no **Anexo II deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da solicitação do Agente ou Comissão de Contratação.

8.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



8.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

8.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Agente de Contratação/Comissão examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

8.11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8.12 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Agente/Comissão de Contratação comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



9.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.



10.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

10.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.5 - Uma vez solicitado pela SEAG, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar documentos prévios à assinatura do contrato.

10.6 - Caso a documentação recebida pela SEAG necessite de complementação ou ajustes, poderá ser concedido ao adjudicatário novo prazo, de até 3 (três) dias úteis, para reenvio dos documentos.

10.6.1 - O procedimento de reenvio de documentos previsto no subitem anterior não poderá ocorrer mais do que 2 (duas) vezes, de modo a evitar o uso do referido dispositivo para fins meramente protelatórios.

10.7 - Antes da assinatura do Contrato o adjudicatário deverá comprovar a titularidade de Laboratório ou Contrato de Prestação de Serviço com Laboratório sediado no Estado do Espírito Santo, podendo, a critério da SEAG ser realizada diligência. Os instrumentos e equipamentos devem possuir certificado de calibração válido emitido por empresa credenciada ou acreditada por órgão oficial de metrologia.

10.8 - Antes da assinatura do Contrato o adjudicatário deverá comprovar que detém em seu quadro permanente na condição de empregado ou de prestado de serviços, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso, o seguinte profissional:

a) Engenheiro Civil – conforme competência na Resolução CONFEA Nº218 de 1973, artigo 7º.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:



11.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5 - fraudar a licitação;

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

11.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.



11.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

11.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

11.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

11.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

11.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

12 - DA UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA CONFORME DECRETO ESTADUAL 4251-R/2018 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL DE Nº 879 DE 26/12/2017.

12.1 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão de obra necessária à execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão de obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - As regras sobre subcontratação constam da Minuta de Contrato (Anexo IV) e do Termo de Referência (Anexo I).

14 - DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS

14.1 - A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução do objeto é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade, de acordo com o ITEM 10 do Termo de Referência.



14.2 - A visita deverá ser agendada com antecedência junto à SEAG e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta. O Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

2.2.1 - O agendamento das visitas deve ser realizado com o Gerente de Obras Viárias, através do telefone (27) 3636 3708, das 9:00 às 17:00 horas, **com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis data pretendida.**

14.3 - Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante do ANEXO III do EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

15 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 17 horas, ou enviadas para o e-mail **cesar.milli@seag.es.gov.br**. Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

15.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.4 - Caso o Agente de Contratação/Comissão decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Agente de Contratação/Comissão.

15.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando



os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

16.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

16.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Requisitos de Habilitação;



Anexo III – Modelos do Edital;

Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

Vitória, 07 de maio de 2026.

CESAR FACHETTI MILLI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Portaria SEAG Nº012-S publicada em 04/02/2025



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Título: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ANTEPROJETOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A REABILITAÇÃO DE TRECHOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO, COM EXTENSÃO TOTAL DE 271,63 KM.

1.1. **Objeto:** Contratação de empresa ou consórcio para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica e Anteprojeto de Engenharia para 55 (cinquenta e cinco) trechos distintos a serem reabilitados. Os estudos e anteprojetos deverão ser realizados e entregues separadamente para cada trecho. Parte das atividades ocorrerão simultaneamente, observando o critério de prioridade estabelecido pela SEAG, tendo o cronograma apresentado como referência. O objeto foi dividido em **3 (três) lotes**, conforme Quadro 1.

1.2. **Unidades administrativas responsáveis pela coordenação geral do projeto:** Subsecretaria de Infraestrutura Rural – SIR e Gerência de Obras Viárias – GVR.

1.3. **Modalidade de Licitação:** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, conforme enquadramento no artigo 6º, inciso XXXVIII da Lei 14.133/2021 e artigo 59 do Decreto Estadual Nº 5352-R.

1.4. **Modo de disputa e critério de julgamento:** Sugere-se que o modo de disputa seja o FECHADO, em observância ao artigo 66, §2º. O critério de julgamento seja o de TÉCNICA E PREÇO, em observância ao artigo 37, §2º e acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo Nº00888/2025-4.

1.5. **Regime de execução:** A contratação ocorrerá sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, na forma de execução indireta, conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar do presente objeto.

1.6. **É permitida a participação de consórcios** no processo licitatório, considerando a extensão total do objeto licitado, que envolve a soma de diversos trechos e exige a elaboração de um grande número de peças técnicas, que podem ser desenvolvidas simultaneamente. Além disso, o consórcio possibilita que empresas de menor porte financeiro e capacidade operacional também possam participar da disputa, promovendo a colaboração entre empresas com expertise em áreas distintas, o que enriquece a qualidade e o nível de precisão dos projetos.

Quadro 1: Resumo dos lotes.

GRUPO	MUNICÍPIOS	EXTENSÃO (KM)	ORÇAMENTO
Lote 01	Apiacá, Atílio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul	101,51	R\$ 3.642.102,36
Lote 02	Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Guarapari, Iconha e Marechal Floriano	67,93	R\$ 2.801.392,30
Lote 03	Aracruz, Ecoporanga, Governador Lindenberg, Itarana, João Neiva, Linhares, Mantenópolis, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha	102,19	R\$ 3.740.466,34
TOTAL		271,63	R\$ 10.183.961,00

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Caminhos do Campo é o Programa de Pavimentação de Estradas Rurais e Municipais, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo. O objetivo desse programa é adequar e revestir as estradas rurais capixabas, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção, reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis, além de facilitar a mobilidade da comunidade, bem como desenvolver o agroturismo. As estradas pavimentadas atraem mais turistas para as áreas rurais, gerando novas oportunidades de renda por meio de agroindústrias, pousadas, restaurantes e artesanato rural. Em suma, ao melhorar a infraestrutura rural, também há avanços na qualidade de vida da população residente no campo.

No ano de 2022, a SEAG, por meio de sua empresa supervisora contratada, Dynatest Engenharia, realizou um estudo de campo para levantar a condição de toda a malha viária do Programa “Caminhos do Campo”, avaliando termos de qualidade funcional e estrutural dos pavimentos. O levantamento incluiu o mapeamento individual de cada trecho, identificando a gravidade e a amplitude de defeitos e o nível de intervenção requerido por cada rodovia.

A avaliação do desempenho funcional teve como objetivo identificar a capacidade do pavimento de satisfazer sua função principal, que é a de fornecer uma superfície com serventia adequada em termos de qualidade de rolamento. As vistorias realizadas nos trechos em estudo denotaram uma condição funcional variando de ótimo a bom em aproximadamente 41% da extensão dos trechos, regular em 10% e em condição funcional crítica em aproximadamente metade da extensão total.

Já a avaliação do desempenho estrutural teve como objetivo identificar a capacidade de desempenho estrutural, que por sua vez é a capacidade do pavimento de manter sua integridade estrutural, através da análise das medidas de deslocamentos verticais recuperáveis da superfície do pavimento quando submetido a determinado carregamento. Em termos estruturais, avaliando-se os dados levantados no sentido crescente e decrescente, aproximadamente 45% da extensão das vias encontra-se em condições adequadas do ponto de vista estrutural e aproximadamente 19% exigem atenção do ponto de vista estrutural.

Com base em tal diagnóstico, levando em consideração a necessidade de intervenção da malha e a criticidade de cada trecho, a SEAG estabeleceu uma lista com os trechos que passarão por intervenções e obras para reabilitação de seu pavimento, abrangendo 29 municípios capixabas.

Atualmente e historicamente a malha composta pelas vias pavimentadas pela SEAG vêm recebendo reparações localizadas, que é uma técnica de conservação das características superficiais do pavimento e consiste no enchimento das “painelas” presentes no pavimento com uma mistura betuminosa, seguida de compactação. As reparações locais são desconfortáveis para o usuário da via, do ponto de vista do conforto e segurança, pois dão origem a elevações ou depressões na superfície do pavimento. Como alternativa às reparações localizadas, existem técnicas de conservação das características superficiais e que consistem na colocação de uma nova camada de desgaste sobre o pavimento existente, chamada reabilitação.

Sendo assim, faz necessária a **contratação dos serviços de levantamentos, estudos de viabilidade técnica e anteprojetos de engenharia objetivando a reabilitação de trechos** no âmbito do Programa Caminhos do Campo, com extensão total de 271,63 Km, para subsidiar e fornecer elementos técnicos para a futura contratação de obras de reabilitação do pavimento.

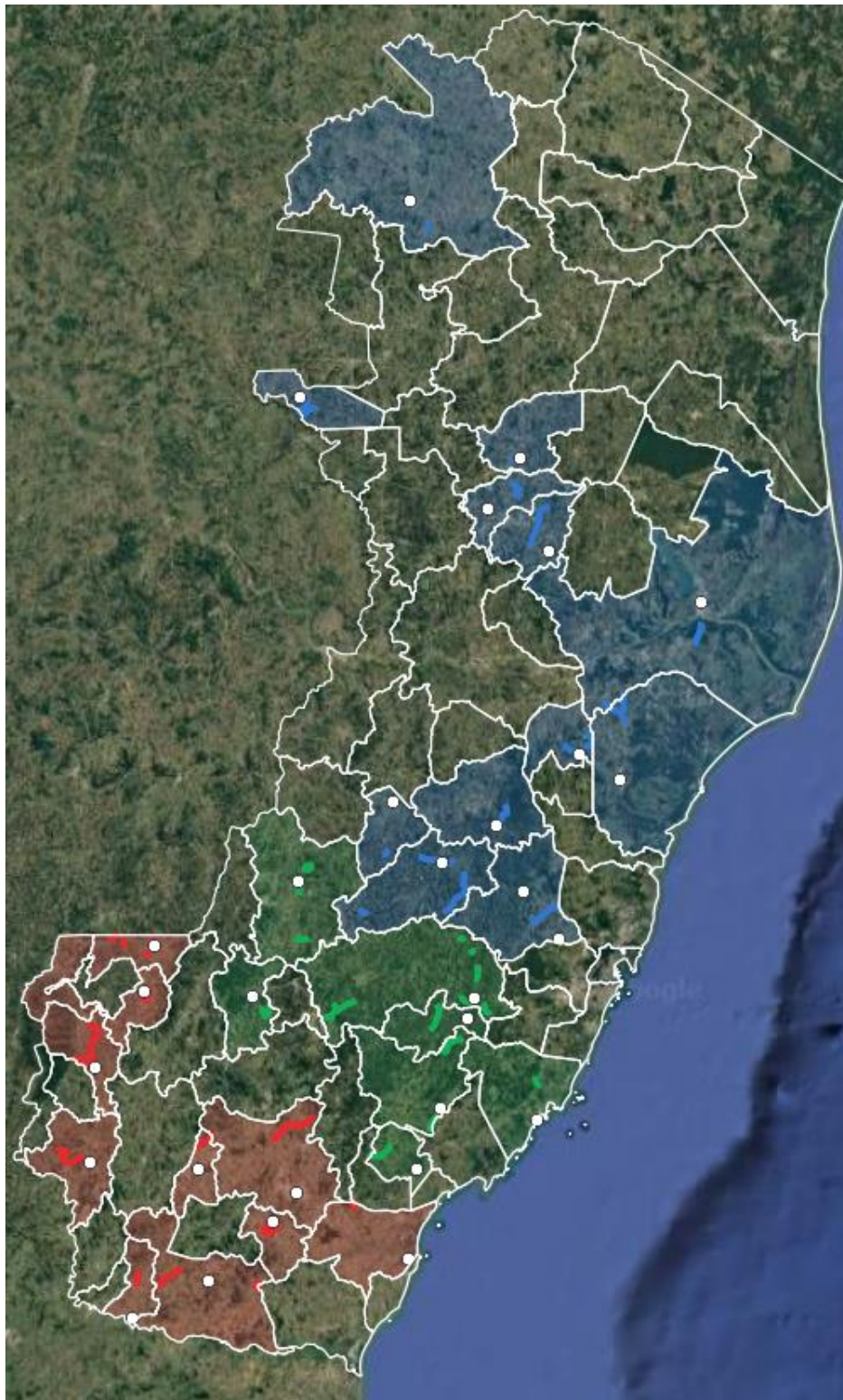


Figura 1: Imagem aérea com destaque para os trechos objeto da licitação.

Legenda:

Vermelho: Lote 1;

Verde: Lote 2;

Azul: Lote 3.

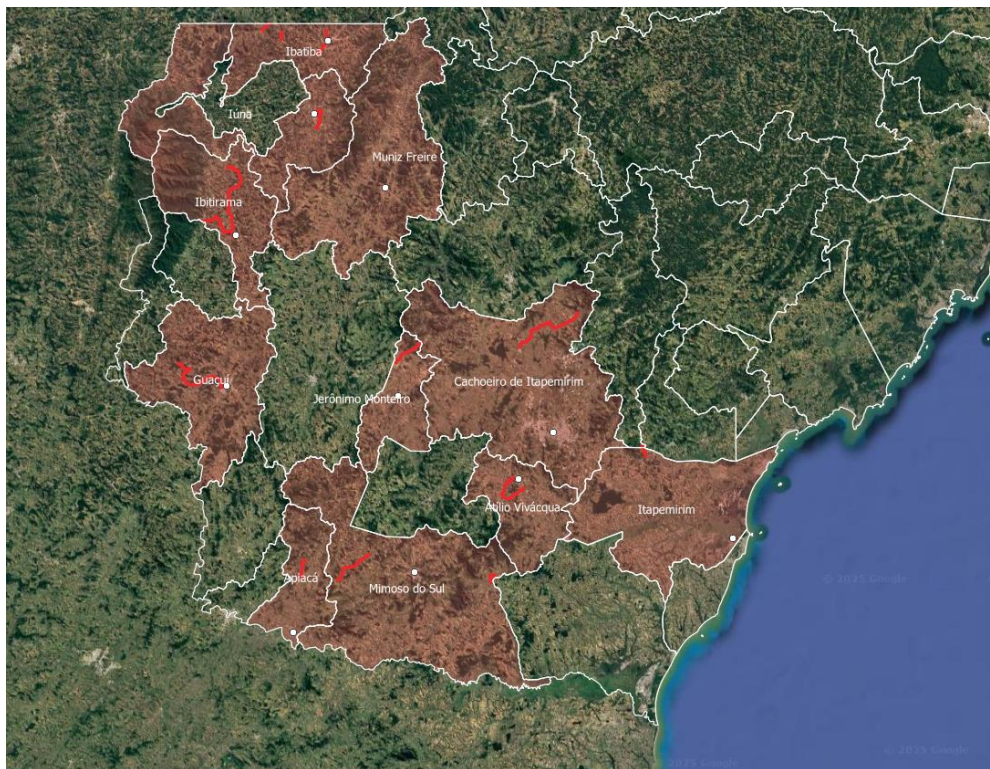


Figura 2: Imagem aérea com os municípios e trechos do Lote 1.

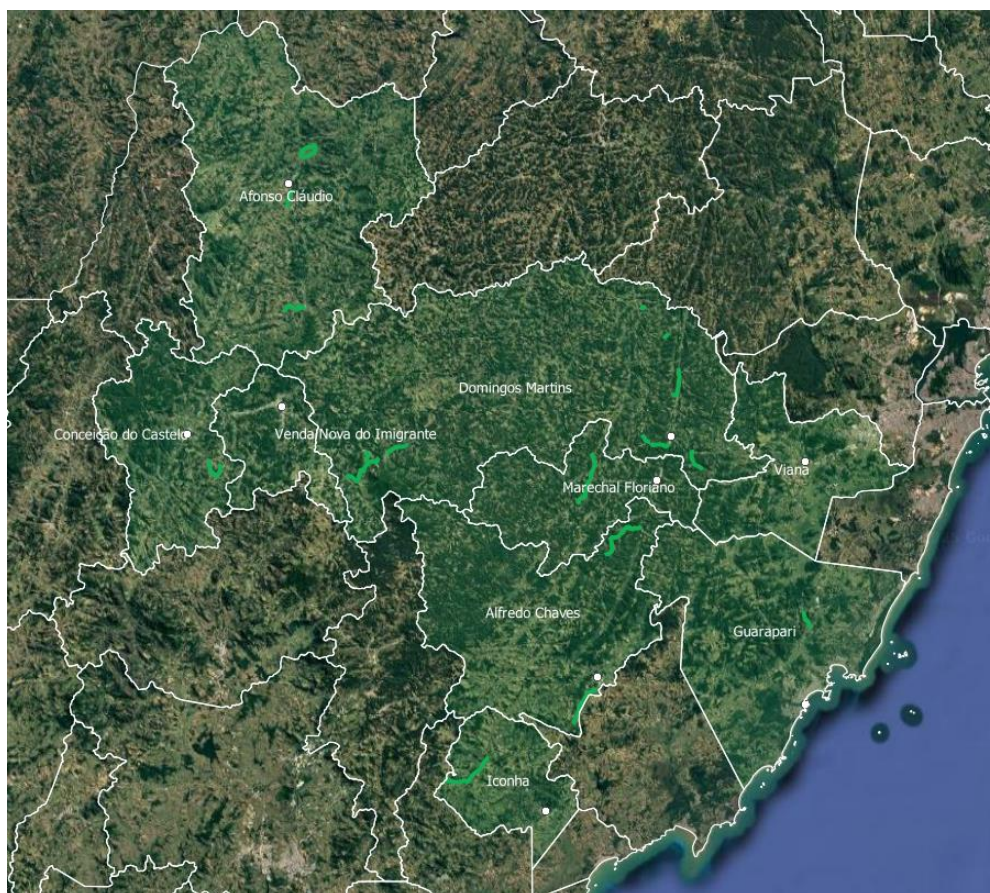


Figura 3: Imagem aérea com os municípios e trechos do Lote 2.

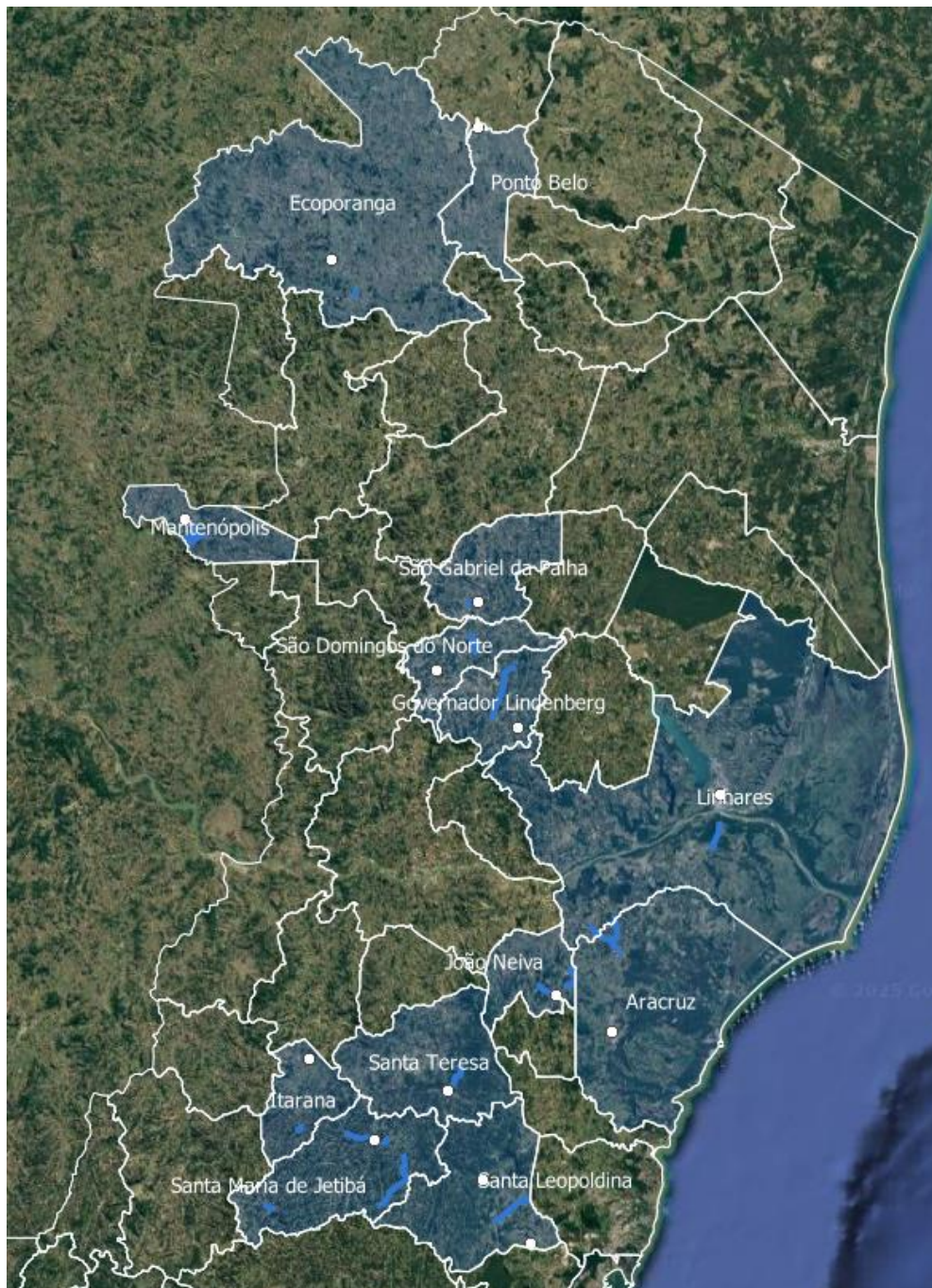


Figura 4: Imagem aérea com os municípios e trechos do Lote 3.

3. DO OBJETO/SERVIÇO

O projeto de engenharia para **reabilitação** do pavimento de rodovia, incluindo melhoramentos físicos e operacionais decorrentes de intervenção de baixo custo. Consiste no conjunto de estudos e projetos desenvolvidos com o objetivo primordial de reforçar o pavimento existente, por adição de novas camadas estruturais ou por substituição de uma ou mais camadas, de forma que a estrutura resultante possa economicamente suportar a repetição das cargas por eixo incidentes durante o novo período de projeto estabelecido, em condições de conforto e segurança para o usuário.

O serviço objeto do presente Termo de Referência consiste realização de **Levantamentos** e elaboração de **Estudos de Viabilidade Técnica e Anteprojetos de Engenharia**, visando subsidiar as obras de reabilitação dos trechos descritos no item 1, no âmbito do Programa Caminhos do Campo.

3.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Para todos os trechos serão desenvolvidas atividades em duas etapas, a saber:

A **1ª Etapa** consiste na realização de pesquisa diagnóstica, levantamentos e estudos preliminares que visam identificar a melhor solução para restabelecimento do pavimento e estabelecer as definições e concepções para a etapa de Anteprojeto. Os resultados serão apresentados na forma de Estudo de Viabilidade Técnica.

A **2ª Etapa** compreenderá a elaboração do Anteprojeto propriamente dito, que consubstanciará as decisões para a elaboração do futuro Projeto Básico.

Após a entrega dos dois produtos, deverá ser realizada uma visita para que a Empresa Contratada realize uma apresentação *in loco* da concepção do anteprojeto para equipe da SEAG. Deverá ser apresentado relatório comprovando a realização da vistoria.

3.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ETAPAS

As etapas abaixo e os serviços incluídos se referem a todos os trechos objeto deste Termo de Referência.

3.2.1. ETAPA I – ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA

Nesta etapa serão desenvolvidos todos os estudos necessários, objetivando a coleta de informações e dados que nortearão as decisões e definições importantes para elaboração do anteprojeto, considerando os aspectos ambientais, urbanísticos, sociais, de trafegabilidade e de segurança viária. Estes estudos deverão ser entregues em forma de Relatório, conforme definição do artigo 18, §1º da lei 14.133/2021, incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XII.

3.2.1.1 - No processo de elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica deverá ser evidenciado o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica para execução futura da obra, e conterá os seguintes elementos:

- a) descrição da necessidade da intervenção, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- b) análise e avaliação de alternativas para concepção da obra, seus componentes e instalações;
- c) abordagem dos aspectos técnicos, ambiental, econômico, financeiro e social;
- d) caracterização e avaliação das possíveis alternativas para implantação do projeto;
- e) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- f) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- g) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- h) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- i) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- j) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

3.2.1.2 - Todo relatório de andamento deverá ser entregue à SEAG acompanhado de um relatório fotográfico detalhado informando todos os serviços que foram realizados durante aquele período.

A – ESTUDOS DE TRÁFEGO

Estes estudos serão executados segundo a IS-201: Estudos de tráfego e terão por objetivo avaliar a capacidade de tráfego da rodovia, por subtrecho homogêneo, no período da vida útil, contado a partir da liberação do trecho ao tráfego, com base no projeto geométrico existente e nos estudos topográficos efetuados. Para efeito deste escopo, entende-se por subtrecho homogêneo, aquele que possui as mesmas características geométricas e os mesmos volumes e composições de tráfego.

Para subsidiar o estudo de tráfego deverá ser feita a Contagem Volumétrica Classificatória de tráfego nas duas direções, para estimativa do tráfego normal da rodovia, acrescido o tráfego desviado e gerado, estimados preliminarmente a partir de dados econômicos, pesquisas socioeconômicas e de origem-destino, que estejam disponíveis.

B – ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Elaborar os modelos digitais do terreno, que permitam a definição da geometria da rodovia e forneça os elementos topográficos necessários à elaboração dos estudos e anteprojetos que compõem esta fase.

C – ESTUDOS GEOLÓGICOS

Fornecer subsídios ao Estudo e Projeto Geotécnicos (se for o caso) para a perfeita qualificação dos materiais a escavar e para a determinação das jazidas a explorar e características dos materiais para pavimentação, realizar o estudo de estabilidade dos taludes de corte e aterro, bota-foras e empréstimo, além de fornecer elementos para os demais estudos e projetos desta etapa.

D – ESTUDOS HIDROLÓGICOS

Serão desenvolvidos objetivando atender:

- Ao dimensionamento de novas obras;
- À verificação do funcionamento hidráulico das obras existentes;
- Ao redimensionamento dos dispositivos de drenagem que estejam efetivamente com seções de vazão insuficientes, causando prejuízos ao pavimento ou provocando problemas ambientais;
- Às finalidades de fornecer elementos para determinação dos custos de construção e para elaborar o plano de ataque da obra.

E – ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Elaborar, com auxílio do Estudo Geológico e através de sondagens e ensaios, a perfeita caracterização, e qualificação dos materiais a serem movimentados, definindo os que serão utilizados na estrutura do pavimento;

Na etapa de Anteprojeto os Estudos Geotécnicos constarão dos seguintes serviços:

a) Estudos de ocorrências de materiais para pavimentação:

- Conjunto de ensaios para caracterização de misturas para sub-base: granulometria, LL, LP, CBR e compactação PI, inclusive análise estatística. Mínimo de 10 conjuntos de ensaios para este projeto;
- Conjunto de ensaios para caracterização de misturas p/ base: granulometria, LL, LP, Equiv. de areia, CBR e compact. PM, incl. análise estatística. Mínimo de 10 conjuntos de ensaios para este projeto. Apresentando 03 soluções distintas para a base do pavimento, sendo 01 das soluções possíveis o uso de materiais do empréstimo lateral.

Deverão ser executados estudos para avaliação dos solos de fundação, quando aplicado ao caso, e suas respectivas soluções para as seguintes situações:

- a) Segmentos em aterro sobre solos compressíveis, com a realização de prospecção do solo.
- b) Obras de artes correntes a implantar ou prolongar, com a realização de prospecção do solo.

De uma maneira geral na elaboração dos Estudos Geotécnicos deverão ser seguidas as instruções contidas na IS 206 do DNIT com os seguintes entendimentos:

- a) As jazidas de materiais (solos, pedreiras, etc.) de exploração comercial disponíveis na região deverão ser acompanhadas de alternativas de fontes “*in natura*” e suficientes, principalmente quando o quantitativo de material exigir e justificar as alternativas, pela disponibilidade ou pela distância de transporte da fonte comercial. Nesse caso, deverá ser verificada também a viabilidade ambiental. Na análise das jazidas deverão ser verificadas as características ambientais das mesmas, incluindo os aspectos legais de uso (licenciamento ambiental junto ao órgão competente, DNPM, etc.).
- b) A apresentação dos resultados deverá ser de acordo com a apresentação requerida para a fase de projeto.
- c) Deverão ser recolhidas e juntadas ao final do Estudo as Cartas de Anuências devidamente assinadas pelos proprietários de áreas particulares que se indicam utilizar como áreas de empréstimo, bota-fora e canteiro de obras.

Os ensaios deverão ser realizados em laboratório de solos, certificado ou creditado pelo INMETRO e sediado no Estado do Espírito Santo. É imprescindível que o laboratório seja sediado em território do Estado do Espírito Santo para possibilitar o acompanhamento da equipe de fiscalização da SEAG durante a execução dos ensaios, em especial aqueles que visam identificar a melhor opção de mistura de materiais naturais disponíveis, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, e respectivas proporções a serem adotadas na base e sub-base.

F – ESTUDOS AMBIENTAIS

Os Estudos Ambientais devem caracterizar a situação ambiental da área diretamente afetada pelo empreendimento nos aspectos físicos, bióticos e antrópicos, objetivando um conhecimento dos locais antes da intervenção do empreendimento, servindo de referência para avaliação dos impactos ambientais advindos das obras.

No Diagnóstico Ambiental serão levantados e analisados os seguintes itens minimamente:

- a) descrição dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos na área diretamente afetada;
- b) caracterização da população beneficiada com a melhoria do pavimento (número de habitantes beneficiados, principais usos da via, frequência de uso, etc.);
- c) bacia hidrográfica que tem interferência com a via;

- d) mapeamento das áreas legalmente protegidas (Reservas Biológicas e Indígenas, Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento, Áreas de Preservação Permanente, etc.);
- e) mapeamento da(s) poligonal(is) onde a intervenção pode conflitar com vegetação existente;
- f) identificação de cursos d'água que margeiam a via ou que a atravessam;
- g) identificação, à nível preliminar, dos possíveis impactos ambientais advindos das obras a serem realizadas na rodovia.

Na apresentação das possíveis alternativas técnicas deverão ser apresentadas as áreas mapeadas nas letras “d” e “e”.

Durante a elaboração dos estudos ambientais serão desenvolvidas também as atividades seguintes:

- acompanhamento da elaboração dos estudos da engenharia rodoviária, verificando sua adequação ambiental e apresentando, se necessário, soluções destinadas a eliminar ou minimizar os impactos potenciais;
- elaboração de pareceres que subsidiem as decisões da equipe de projeto em relação às áreas indicadas como fontes de materiais de construção, bem como proposições de recuperação ambiental destas áreas;
- verificação junto aos órgãos competentes da existência de fatores restritivos ao uso do solo (áreas urbanas e Unidades de Conservação);
- verificação junto aos órgãos competentes sobre licenciamento ambiental das áreas de empréstimos;
- proposição de medidas para evitar ou mitigar problemas ambientais identificados através dos estudos;

Estes estudos serão desenvolvidos segundo as determinações da IS-246 –Componente Ambiental de Projetos de Engenharia Rodoviária.

Os Estudos Ambientais deverão ser elaborados por profissional capacitado e competente para tal, e entregues acompanhados da ART e da carteira profissional do(s) responsável(is).

3.2.2. ETAPA II – ELABORAÇÃO DOS ANTEPROJETOS

Consequente à etapa de estudos de viabilidade técnica serão desenvolvidos os respectivos Anteprojetos, que têm como escopo básico os serviços descritos a seguir.

Para execução dos serviços a contratada devem observar a **EB-105** Escopo Básico para Elaboração de Projeto de Engenharia para Reabilitação do Pavimento de Rodovia incluindo Melhoramentos Físicos e Operacionais decorrentes de Intervenções de Baixo Custo, publicada pelo DNIT no documento intitulado Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários.

A – ANTEPROJETO DE DRENAGEM DE ACORDO COM A IS-210

Elaborar o dimensionamento e quantificação das novas obras de arte correntes a serem executadas, e a concepção e quantificação dos dispositivos de drenagens a serem redimensionados.

B - ANTEPROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE ACORDO COM A IS-212

A partir dos estudos geotécnicos e geológicos e da avaliação do pavimento existente, será feito anteprojeto do pavimento contendo concepção de reabilitação da rodovia

Obtém-se a solução do dimensionamento do pavimento através dos métodos indicados na IS-212, recomendando-se, em qualquer caso, a comparação dos resultados obtidos pela aplicação de dois métodos, sendo um deles obrigatoriamente o DNER-PRO 159.

O projeto de reabilitação do pavimento existente deverá adotar os seguintes critérios:

- a) proceder o dimensionamento do pavimento utilizando os métodos indicados;
- b) adotar espessuras das camadas de reforço fornecidas pelo método que melhor se adapte às condições funcionais e estruturais de cada segmento homogêneo;
- c) comparar os custos das alternativas e adotar o menor.

C – ANTEPROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES

Elaborar a concepção e quantificar os serviços desta área (cercas, defensas, sinalização, realocação de redes de serviços públicos que interfiram com a obra, etc.) de acordo com as seguintes Instruções de Serviço:

IS 215 – Projeto de Sinalização;

IS 217 – Projeto de Dispositivos de Proteção (Defensas e Barreiras);

IS 218 – Projeto de Cercas.

D – PLANO DE EXECUÇÃO

A fase de anteprojeto determinará os quantitativos de serviços e obras, com base na metodologia utilizada no Manual de Custos Rodoviários do DNER-Volume I, Metodologia e Conceitos, avaliando o custo preliminar das obras necessárias à reabilitação da rodovia, o qual será composto de acordo com as recomendações das instruções:

IS 220 – Orçamento da Obra;

IS 222 – Plano de Execução da Obra.

Quantificar todos os serviços integrantes e elaborar a composição dos custos unitários destes e o orçamento da obra, de acordo com §2º do artigo 23 da Lei 14.133/2021 e Resolução Nº366 do Tribunal de Contas do ES.

3.2.3. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS E ANTEPROJETO

A – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA

O Estudo de Viabilidade Técnica para o Anteprojeto deverá conter os resultados de todos os estudos desenvolvidos, metodologias adotadas, bem como as possíveis soluções alternativas indicadas para o projeto, incluindo as conclusões, recomendações e justificativas que permitam decisões relativas ao desenvolvimento do projeto.

Deverá também conter fotos de particularidades encontradas em cada trecho, bem como dos marcos topográficos mencionados. Estes estudos serão apresentados em forma de relatório contendo todos os elementos levantados bem como planilhas de trabalho e conclusões da contratada quanto à adoção dos critérios a serem adotados para a elaboração do anteprojeto.

Este relatório será apresentado de acordo às instruções contidas na EB-105 do DNIT e entregue em 01 (uma) via em meio digital (*pen drive*).

Cada volume do relatório de estudos para o anteprojeto também deverá conter:

- Cópia da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa responsável pela elaboração do estudo devidamente assinada.
- Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do projeto, com os nomes completos e respectivos números de registro em conselho profissional;
- Cópias das ART dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do projeto, devidamente assinada.

Após análise e aprovação, pelo Contratante, do material entregue, será autorizada a elaboração dos anteprojetos.

B – APRESENTAÇÃO DOS ANTEPROJETOS

Os anteprojetos serão entregues em 01 (uma) via digital em *pen drive*, contendo todas as soluções de projeto, informações, desenhos, gráficos e anexos necessários à sua análise e aprovação por parte da SEAG-ES, sendo composto dos seguintes volumes:

Volume 1 – Relatório de Anteprojeto;

Volume 2 – Anteprojeto de Execução;

Volume 3 – Memória Justificativa;

Volume 3A – Estudos e Projetos Ambientais;

Volume 4 – Orçamento Estimado.

Cada volume do anteprojeto também deverá conter:

- Cópia da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa responsável pela elaboração do projeto e do orçamento, devidamente assinadas;
- Identificação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do anteprojeto, com os nomes completos e respectivos números do registro em conselho profissional;
- Termo de cessão de direitos autorais e autorizações, firmados pelos autores dos projetos;
- Checklist da conformidade dos projetos, que deverá seguir modelo disponibilizado no site eletrônico da SEAG: www.seag.es.gov.br;
- Declaração de Orçamento em atendimento a Resolução SECONT N°002/2024.
- Declaração dos fornecedores dos insumos mais relevantes da obra considerados no anteprojeto, atestando sua capacidade de fornecimento para o atendimento à obra, bem como a devida justificativa técnica e logística para a escolha de cada fornecedor no atendimento ao projeto.

C – FORMATO DE ENTREGA DOS ESTUDOS E ANTEPROJETOS

Os documentos deverão ser apresentados em formato digital gravada em *pen drive* em formato PDF e DWG e planilhas em formato PDF e XLS, assinados eletronicamente, sendo as pranchas em formato A3.

Todos os desenhos deverão ser elaborados utilizando-se software tipo “CAD”.

Durante a execução do contrato, a SEAG poderá exigir a elaboração, pela Contratada, de Relatórios de Andamento. Estes Relatórios de Andamento terão caráter informativo e referencial para acompanhamento pela GVR dos contratos e seu conteúdo deverá abranger cada fase da elaboração do projeto indicando o estágio de desenvolvimento em que o projeto se encontra na data da solicitação. Conterá informações e fotografias ilustrativas dos trabalhos realizados ou em realização.

Quando solicitados os Relatórios de Andamento, será acordado com a GVR prazo para a entrega destes, não podendo haver dilação de prazo.

Por fim, quando encaminhar a ART do CONTRATO para a SEAG, o documento deverá conter no campo de atividades técnicas os seguintes itens: 5 – ELABORAÇÃO DE PROJETO/ESPECIFICAÇÃO e 23 – ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO.

4. ESTIMATIVA DE CUSTO

4.1. O valor da contratação será de:

4.1.1. Lote 1 = R\$ 3.642.102,36 (três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e dois reais e trinta e seis centavos);

- 4.1.2. Lote 2 = R\$ 2.801.392,30 (dois milhões, oitocentos e um mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta centavos);
- 4.1.3. Lote 3 = R\$ 3.740.466,34 (três milhões, setecentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos).
- 4.1.4. A estimativa foi efetuada com data base SICRO Janeiro/2026 e DER/ES Novembro/2025, reajustado para Janeiro/2026, conforme indicado na planilha Orçamentária integrante do ANEXO I deste “Termo de Referência”.

4.2. O valor referente a cada trecho está demonstrado em planilha à parte e também apresentada ao final deste Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.1. Os serviços contratados serão executados pelo regime de **Empreitada por Preço Global**.
- 5.2. O prazo de vigência da contratação é de **570 (quinhentos e sessenta) dias** e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
 - 5.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.
 - 5.2.2. A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.
- 5.3. A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.
- 5.4. As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.
- 5.5. O objeto do presente contrato deverá ser realizado de acordo com as etapas previstas no cronograma (item 6.0) de execução dos serviços, observando-se o tempo máximo previsto para conclusão de cada etapa.
 - 5.5.1. As medições serão apuradas por produto entregue e aprovado, conforme Cronograma físico-financeiro contido neste Termo de Referência.
 - 5.5.2. O planejamento para início da execução dos serviços por trecho poderá ser alterado a critério da SEAG.
- 5.6. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, uma vez que todas os serviços



contratados pela SEAG integram a carteira de programas próprios da Secretaria. Além disso, serviços de engenharia como os que são objeto do presente processo têm natureza de entrega por escopo.

5.7. O prazo máximo para execução total dos serviços será o estabelecido no Quadro 2, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço de cada contrato.

6. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

6.1. LOTE ÚNICO

Segue abaixo o quadro com o cronograma físico-financeiro:

Quadro 2: Cronograma Físico-Financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																	
Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA - SEAG																
Obra	ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				PRAZO EM DIAS												
TRECHO	VALOR LOTE	ETAPA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360	390
LOTE 01																	
Lote 1	R\$ 3.642.102,36	1.0	APROVAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA	R\$ 1.821.051,18	Elaboração e entrega do estudo		Análise SEAG										
				50,00%													
		2.0	APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO	R\$ 1.821.051,18				Elaboração e entrega do anteprojeto					Análise SEAG		Revisão final e		
				50,00%													
LOTE 02																	
Lote 2	R\$ 2.801.392,30	1.0	APROVAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA	R\$ 1.400.696,15	Elaboração e entrega do estudo		Análise SEAG										
				50,00%													
		2.0	APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO	R\$ 1.400.696,15				Elaboração e entrega do anteprojeto					Análise SEAG		Revisão final e		
				50,00%													
LOTE 03																	
Lote 3	R\$ 3.740.466,34	1.0	APROVAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA	R\$ 1.870.233,17	Elaboração e entrega do estudo		Análise SEAG										
				50,00%													
		2.0	APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO	R\$ 1.870.233,17				Elaboração e entrega do anteprojeto					Análise SEAG		final e entreg		
				50,00%													

6.1.1. A descrição do Cronograma Físico:

- O Estudo de Viabilidade Técnica para o Anteprojeto terá prazo de elaboração de até 90 dias corridos;
- A GVR terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos para manifestação sobre o Estudo;
- O Anteprojeto terá prazo de elaboração de até 150 (cento e cinquenta) dias corridos mediante aprovação do Estudo de Viabilidade;

6.1.2. O cronograma financeiro está vinculado à execução e entrega dos produtos descritos em cada etapa por trecho, na seguinte proporção do valor global: a) Etapa I = 50%; b) Etapa II = 50%.

6.1.3. Com base no cronograma estimado (Quadro 2), após assinatura do contrato com a licitante vencedora será ajustado um cronograma de execução de comum acordo com a GVR/SEAG-ES e empresa supervisora. Este ajuste poderá se repetir, gerando novos cronogramas, desde que devidamente justificado pelo Fiscal do contrato e engenheiro da empresa supervisora a qual a obra está relacionada e aprovado



pelo gerente da GVR, devendo os mesmos receberem números sequenciais. Os serviços serão iniciados pelos trechos prioritários, contudo, a critério da SEAG, a classificação apresentada no presente termo de referência pode ser alterada.

7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta técnica com o preço, até a data e o horário estabelecidos no Edital para abertura da sessão pública.

7.2. O licitante não poderá oferecer proposta com quantitativo de serviços e materiais inferior ao estimado no orçamento.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. O registro da proposta inicial é de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. A proposta do licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **150 (cento e cinquenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. O estabelecimento deste prazo considerou a experiência anteriores da SEAG no curso de vários processos licitatórios, em que por vezes um período inferior não foi suficiente para conclusão da licitação, análise dos documentos de garantia e dos documentos prévios a assinatura do contrato.

7.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no TR, no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Termo de Referência.

7.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.13. Quando solicitado pela SEAG, as empresas interessadas deverão encaminhar a documentação da proposta em formato editável no prazo estabelecido.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor dos serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, modo de disputa FECHADO, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica e 30% de valoração da proposta de preço.

8.2. A classificação das proponentes será em ordem decrescente dos valores das Notas Finais (NF), passando para a fase de habilitação, a licitante que atingir a maior nota final.

8.3. A Nota Final da proponente será obtida conforme equação a seguir:

$$NF = \frac{(70 \times NPT) + (30 \times NPP)}{100}$$

Em que:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preço

8.4. As notas finais (NF) terão até duas casas decimais. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos, consoantes à Norma da ABNT NBR 5891.

8.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas será obedecido o disposto no art. 60 da Lei 14.133/21.

Apresentação da Proposta de Preço

8.6. A proposta de preço receberá pontuação conforme fórmula abaixo, sendo que a empresa ou consórcio que ofertar menor valor obterá nota 100 (cem).

$$NPP = \frac{100 \times MPVO}{P}$$

Em que:

NPP = Nota da Proposta de Preço

MPVO = Menor Preço Válido Ofertado

P = Preço em Exame

8.7. As notas finais das propostas de preços (NPP) terão até duas casas decimais. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos, consoantes à Norma da ABNT NBR 5891.

8.8. No orçamento proposto não poderá haver preço unitário com valor superior aos dos Produtos constantes do Orçamento Referencial.

Análise das Propostas de Preço

8.9. A análise das planilhas orçamentárias das licitantes contendo as propostas de preço deverá considerar critérios claros e objetivos, garantindo transparência e equidade no processo de contratação.

8.10. O que é permitido ser alterado pela proponente nas composições da planilha orçamentária:

8.10.1. **Pessoal:** É permitido alterar a remuneração, desde que sejam respeitados os seguintes critérios:

a) **Piso da Convenção Trabalhista e Salário Mínimo:** Os valores de mão-de-obra devem obedecer, no mínimo, a pisos salariais estabelecidos em lei, definidos pelos Conselhos de Classes, bem como às convenções coletivas de cada categoria profissional do local/região a que estiver vinculada ou salário mínimo no Brasil vigente, caso este seja maior, na data-base do orçamento;

b) **Encargos Sociais:** É obrigatória a apresentação das composições dos encargos sociais, que podem ser ajustados conforme a realidade da empresa, desde que devidamente comprovados.

8.10.2. **Custos Administrativos:** Os custos administrativos podem ser alterados, desde que justificados e condizentes com as práticas de mercado e a estrutura da empresa. O custo administrativo não pode ser diferente entre as composições, pois incide igualmente em todos os serviços orçados, por se tratar de uma taxa calculada para o contrato como um todo.

8.10.3. **Remuneração da Empresa:** A remuneração da empresa pode ser ajustada, considerando a margem de lucro e os riscos associados à execução dos serviços.

8.10.4. **Despesas Financeiras:** As despesas financeiras podem ser modificadas, desde que estejam alinhadas com as políticas financeiras da empresa e sejam devidamente comprovadas.

8.10.5. Alíquotas de Impostos: As alíquotas de impostos podem ser alteradas, desde que apresentem demonstrativo das despesas fiscais e estejam de acordo com os impostos efetivamente pagos no último balanço da empresa.

8.10.6. Custo Unitário dos Serviços: O custo unitário dos serviços pode ser ajustado, desde que respeitadas as quantidades e os consumos estabelecidos no termo de referência.

8.11. O que é vedado de ser alterado pela proponente nas composições:

8.11.1. Quantidades/Consumo de Mão de Obra e de Serviços: É vedada qualquer alteração nas quantidades ou no consumo de mão de obra e de serviços previstos no termo de referência, bem como a inclusão ou remoção de serviços/insumos nas composições. As quantidades devem ser mantidas conforme estabelecido, garantindo a fiel execução do objeto contratual. Em suma, em relação aos coeficientes das composições, a licitante deve elaborar sua proposta atendendo as especificações e premissas estabelecidas no Termo de Referência. Os CONSUMOS DAS COMPOSIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DEVEM SER MANTIDOS, como recurso mínimo, para formulação dos preços dos serviços. Somente as taxas inerentes à empresa é que podem ser alteradas mediante justificativa/comprovação, tais como: encargos sociais, custos administrativos, remuneração da empresa, despesas financeiras e fiscais.

8.12. Os resultados de cada parcela da composição devem ser truncados em duas casas decimais, e não arredondados.

8.13. Um mesmo item (insumo/serviço/mão de obra) deve ter o valor unitário igual em todas as composições que o utilizam, mantendo a paridade dos preços dos itens entre os produtos.

8.14. Caso a proposta não atenda as especificações apresentadas nos itens 8.10 e 8.1311, será considerada inexecutável.

Apresentação da Proposta Técnica

8.15. A Proposta Técnica deverá ser apresentada em via digital, com a seguinte formatação geral:

8.15.1. Fonte e paginação:

- Fonte: Arial 12
- Folhas: A4 e A3, no caso de apresentação de planilhas, desenhos, gráficos e figuras;
- Espaçamento simples.

8.15.2. Capa:

- Nome da empresa, sendo que, em caso de consórcio, deve-se apresentar o nome do consórcio e das empresas vinculadas a ele;
- Número do edital;
- Objeto da licitação.

8.15.3. Sumário:

Número da página do início de cada item, sendo que os itens deverão estar sequencialmente relacionados com os serviços exigidos neste Termo de Referência.

8.16. Conteúdo da Proposta Técnica:

- A Proposta Técnica será avaliada por quesitos quantitativos e qualitativos;
- A nota de natureza quantitativa será proveniente da apresentação de documentos que comprovem a experiência do licitante, a partir da apresentação de atestados ou certidões de acervo comprovando serviços previamente realizados – Nota NPTA;
- A nota de natureza qualitativa será proveniente da comprovação de conhecimento do objeto, da metodologia, do programa de trabalho e da qualificação da equipe técnica – Nota NPTB;
- A Nota da Proposta Técnica será calculada da seguinte forma:

$$NPT = \frac{NPTA + NPTB}{2}$$

Em que:

NPTA = Nota da Proposta Técnica A

NPTB = Nota da Proposta Técnica B

Da aferição da Nota da Proposta Técnica A (NPTA)

8.17. A experiência da licitante deverá ser comprovada por meio de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

8.18. A empresa deverá apresentar antes dos documentos, um quadro resumo das atividades executadas anteriormente, organizando as informações conforme quadro modelo anexo ao presente Termo de Referência.

8.19. Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente conselho profissional.

8.20. No caso de comprovação por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.

8.21. Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos serviços definidos neste Termo de Referência, e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

8.22. Juntamente com os atestados e certidões, a empresa interessada deverá apresentar, de forma sintetizada no formato de tabela, a relação dos serviços executados pelo proponente e



compatíveis com o objeto da licitação.

8.23. Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada.

8.24. A licitante receberá pontuação conforme quantitativo apresentado e explanado no quadro abaixo.



Quadro 3: Valoração de pontos por atestados ou CAT apresentados.

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	20 pontos para quantidade mínima de	40 pontos para quantidade mínima de	60 pontos para quantidade mínima de	80 pontos para quantidade mínima de	100 pontos para quantidade mínima de
1	Elaboração Anteprojeto ou Projeto de Drenagem e OAC para rodovias	km	45	65	85	105	125
2	Elaboração de Anteprojeto ou Projeto de pavimento de rodovias	km	45	65	85	105	125
3	Elaboração Anteprojeto ou Projeto de Sinalização para rodovias	km	45	65	85	105	125
4	Elaboração Anteprojeto ou Projeto de Obras Complementares em rodovias	km	45	65	85	105	125

8.24.1. A Nota da Proposta Técnica A será calculada de acordo com a seguinte equação:

$$NPTA = \frac{\sum PSS}{4}$$

Em que:

NPTA = Nota da Proposta Técnica A

PSS = Pontos obtidos por serviço semelhante executado

8.24.2. Na contabilização dos quantitativos dos atestados apresentados pelo proponente, a pontuação PSS de cada item enumerado de 1 a 4 no Quadro 3 assumirá somente um dos seguintes valores: 0, 20, 40, 60, 80 ou 100.

8.24.3. O serviço para o qual não for apresentada certidão ou atestado não será pontuado, recebendo a nota zero.

8.24.4. A NPTA, expressa na forma da equação do item 8.24.1, se trata da média dos pontos obtidos em cada item enumerado de 1 a 4 no Quadro 3.

8.24.5. A NPTA terá duas casas decimais, e será arredondada até os centésimos, consoante à Norma da ABNT NBR 5891.

Da aferição da Nota da Proposta Técnica B (NPTB)

8.24.1. A Nota de Proposta Técnica B será calculada a partir de três critérios de acordo com a seguinte equação:

$$NPTB = NTB_a + NTB_b + NTB_c$$

Em que:

NPTB = Nota da Proposta Técnica B

NTB_a = Pontos obtidos por Conhecimento do Problema

NTB_b = Pontos obtidos por Metodologia e Programa de Trabalho

NTB_c = Pontos obtidos por Qualificação da Equipe

8.24.2. Para apresentação, a licitante deverá enviar texto conciso e objetivo comprovando o Conhecimento do Problema, da Metodologia e do Programa de Trabalho, e os documentos para demonstrar a qualificação da equipe técnica.

8.24.3. A NPTB será auferida a partir da avaliação de uma Banca Examinadora designada para este fim, que se manifestará formalmente nos autos do processo licitatório.

8.24.4. A Banca designada analisará e pontuará as Propostas Técnicas levando em consideração a clareza e a objetividade, sua consistência e atendimento às exigências do edital.

8.24.5. A NPTB terá duas casas decimais, e será arredondada até os centésimos, consoante à Norma da ABNT NBR 5891.

8.24.6. Para atribuição das notas NTB_a e NTB_b a Banca analisará os itens, comparativamente, levando em consideração a clareza e a objetividade da Proposta, sua consistência e atendimento às exigências do edital.

8.24.7. Anexo ao presente Termo de Referência constam os critérios de pontuação da NTB_a e NTB_b.

a) Conhecimento do Problema (NTBa - Pontuação máxima = 25 pontos)

Demonstração de conhecimento dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como dos aspectos relevantes e potenciais problemas que poderão interferir na execução destes. A proponente deve apresentar texto contemplando a seguinte análise:

- a.1) Descrição geral sobre o Programa Caminhos do Campo;
- a.2) Descrição geral de todos os trechos contemplados no objeto do presente termo de referência;
- a.3) Descrição sobre o conjunto de ações e técnicas utilizadas para restaurar ou melhorar as condições de uma rodovia com características semelhantes às aquelas atendidas pelo Programa Caminhos do Campo, tanto em termos de sua estrutura quanto de sua funcionalidade.

b) Metodologia e Programa de Trabalho (NTBb - Pontuação máxima = 30 pontos)

Apresentação clara e objetiva da metodologia de trabalho idealizado para a prestação dos serviços previstos no presente Termo de Referência, com a descrição das atividades, dos métodos e dos critérios propostos para a execução das atividades.

- b.1) Descrição de metodologia de trabalho para tomada de decisão na priorização dos trechos;
- b.2) Demonstrar que conhece e domina as normas técnicas de engenharia relacionadas a reabilitação de pavimento e as legislações e normas do Estado do Espírito Santo, em especial aquelas que versam sobre elaboração de orçamento de obras públicas;
- b.3) Apresentar uma proposta de cronograma demonstrando a capacidade de realização de trabalhos simultaneamente.

c) Qualificação da Equipe (NTBc - Pontuação máxima = 45 pontos)

Para este item será considerado melhor qualificada a equipe mais experiente, assim a licitante deverá apresentar Atestado Técnico, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, para a comprovação de experiência específica na execução das atividades de maior relevância. A experiência será computada conforme quadro abaixo:

Quadro 4: Valoração de pontos por atestados ou CAT apresentados.

Item	Descrição dos Serviços	Experiência Comprovada	Pontuação por atestado	Pontuação Máxima
1	Anteprojeto de Drenagem e OAC para rodovias	1 Atestado	15,0	45,0
2	Elaboração de Anteprojeto de pavimentos de rodovias	1 Atestado	15,0	45,0

8.24.1. Para cada serviço, para fins de pontuação, a apresentação de 1 atestado válido garantirá 15,0 pontos.

8.24.2. Serão considerados até 3 atestados, alcançando o máximo de 45,0 pontos, conforme Quadro 4.

8.24.3. Juntamente com os atestados e certidões, a empresa interessada deverá apresentar, de forma sintetizada no formato de tabela conforme modelo em anexo, a relação dos serviços executados pela equipe e compatíveis com o objeto da licitação.

8.24.4. A comprovação de que o profissional detentor dos atestados de capacidade técnica integra o quadro permanente da empresa licitante dar-se-á por cópias de:

8.24.4.1. Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhada da Ficha de Registro de Empregados;

8.24.4.2. Contrato Social ou Ata da Assembleia referente à investidura no cargo, no caso de sócio ou dirigente da empresa licitante;

8.24.4.3. Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

8.24.4.4. A nota da qualificação da equipe (NTBc) será calculada conforme a equação abaixo:

$$NTBc = \frac{\sum \text{Pontos por Atestado}}{2}$$

Em que:

$NTBc = \text{Pontos obtidos por Qualificação da Equipe}$

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, e Qualificação Econômico-Financeira

Serão exigidos os documentos conforme minuta de edital da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

9.2. Qualificação Técnica

Para habilitação, a empresa deverá comprovar capacidade técnica operacional e capacidade técnica profissional.

9.2.1. Capacidade técnico-operacional:

Para fins de qualificação técnica, deverão ser apresentados:

9.2.1.1. Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021);

9.2.1.2. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente:

Quadro 5: Quantitativo Mínimo a ser comprovado.

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade mínima de
Lote 1			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	50,75
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	50,75
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	50,75
4	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias;	km	50,75
5	Estudos de Tráfego.	Und	8,00
Lote 2			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	33,96
2	Estudos de Tráfego;	Und	9,00
3	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	33,96
4	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	33,96
5	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes.	Unid	9,00
Lote 3			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	51,09
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	51,09
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	51,09
4	Estudos de Tráfego;	Und	9,00
5	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias.	km	51,09

9.2.1.3. O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados no quadro acima.

9.2.1.4. Caso a comprovação da capacidade técnico-operacional seja feita através de atestado do Responsável Técnico da empresa, deverá estar expresso na Certidão de Acervo Técnico que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante, podendo essa vinculação também ser comprovada na forma do Item 9.2.2.2.

9.2.1.5. Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles.

9.2.1.6. Juntamente com os atestados e certidões, a empresa interessada deverá apresentar, de forma sintetizada no formato de tabela conforme modelo em anexo a este TR, a relação dos serviços executados pelo proponente e compatíveis com o objeto da licitação.

9.2.2. Capacidade técnico-profissional:

9.2.2.1. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes aos indicados no quadro a seguir:

Quadro 6: Serviços a serem comprovados pelo profissional.

Item	Descrição dos Serviços
Lote 1	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
4	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias;
5	Estudos de Tráfego.
Lote 2	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Estudos de Tráfego;
3	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
4	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
5	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes.
Lote 3	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
4	Estudos de Tráfego;
5	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias.

9.2.2.2. A comprovação de que o profissional detentor dos atestados de capacidade técnica integra o quadro permanente da empresa licitante dar-se-á por cópias de:

- Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhada da Ficha de Registro de Empregados;
- Contrato Social ou Ata da Assembleia referente à investidura no cargo, no caso de sócio ou dirigente da empresa licitante;
- Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

9.2.2.3. Nos casos do item “9.2.2.2 c)” deverão ser anexados os contratos e declarações individuais, por escrito, dos profissionais apresentados, autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos.

9.2.2.4. Os profissionais indicados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da execução dos trabalhos, admitindo-se a sua substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

9.2.2.5. Juntamente com os atestados e certidões, a empresa interessada deverá apresentar, de forma sintetizada no formato de tabela conforme modelo em anexo, a relação dos serviços executados pelo profissional e compatíveis com o objeto da licitação.

9.3. Justificativas Técnicas:

9.3.1. Seguem as justificativas para exigência da qualificação:

a) Como o exercício das atividades objeto do presente termo de referência é inerente às profissões fiscalizadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, exige-se o registro, tanto da empresa quanto do profissional, no citado conselho;

b) Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica. É preciso aferir se o licitante dispõe dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo através da comprovação de experiência em serviços semelhantes aos que serão prestados;

c) No caso do responsável técnico, a justificativa é semelhante à do item anterior, pois a qualificação técnica tem a finalidade de aferir se o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame;

d) É fundamental para a Administração licitadora que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seu mister quando da execução do futuro contrato.

9.3.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional limitou-se aos serviços cujas atividades inerentes somadas correspondem a mais de 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021. Foram excluídos aqueles que objetivam o levantamento de dados primários em campo ou que historicamente são subcontratados por sua natureza específica e acessória.

10. VISITA TÉCNICA

10.1. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução do objeto do contrato é facultada ao licitante para verificação das condições locais, com a finalidade de obter a avaliação própria da natureza, complexidade e quantidade dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários, bem como para a obtenção de quaisquer outros dados que julgar necessário para a formulação da proposta.

10.2. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto ao Gerente de Obras Viárias,



pelo e-mail renee.lauret@seag.es.gov.br; ou pelo telefone (27) 3636 3708, das 9:00 às 17:00 horas.

10.2.1. O contato para agendamento da visita deve ser feito **com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida**.

10.2.2. O licitante deve ser representado por seus administradores, procuradores ou prepostos, que devem apresentar documento de identificação, procuração, carta de preposição ou outro documento hábil a comprovar o vínculo da pessoa indicada para a respectiva visita.

10.2.3. A visitação será limitada a um licitante por vez, de forma a evitar a reunião de interessados em data e horário marcados capazes de dar-lhes conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

10.3. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante do ANEXO do EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES.

10.4. Para todos os efeitos, considerar-se-á que o licitante tem pleno conhecimento do local e de todas as informações para execução do objeto, não podendo alegar posteriormente a sua insuficiência, nem pleitear modificações nos preços, prazos e condições ou requerer o reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência da falta de informações sobre o objeto.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

11.1.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da lei nº 14.133/2021, com as alterações que lhe sucederam.

11.1.2. FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO DO EDITAL): carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

- a) Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

11.1.3. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEAG, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

a) A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>>.

b) O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

11.2. Na modalidade seguro-garanti, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a faculdade de assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observando o seguinte:

I – caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.3. A SEAG restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEAG, nos termos da legislação vigente.

11.5. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.6. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

11.7. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive, quando houver aditivo;

11.7.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

11.7.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

11.8. Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente

pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

12. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. As medições deverão ser protocoladas pela CONTRATADA conforme fluxo estabelecido pela SEAG na Norma de Procedimento N° 009, ou aquela que a suceder.

12.2. O pagamento será feito por medição, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os produtos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento, o cronograma e o planejamento proposto pela CONTRATADA, vinculadas ao seu desempenho (execução).

12.2.1. As medições serão apuradas por produto entregue e aprovado, conforme Cronograma físico-financeiro contido neste Termo de Referência.

12.2.2. O planejamento para início da execução dos serviços por trecho poderá ser alterado a critério da SEAG.

12.3. O atraso injustificado na execução da parcela sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis, previstas no Contrato e na Norma de Avaliação.

12.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.5. Os serviços serão medidos, de acordo com o Termo de Referência, o Edital da Licitação e o planejamento da CONTRATADA.

12.6. Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo do produto, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 dias úteis.

12.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os serviços serão medidos por produto entregue e aprovado, seja o Estudo de Viabilidade ou o Anteprojeto.

13.2. A SEAG pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.3. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pela SEAG.

13.4. Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG.

13.5. Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{12}{100} * \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

13.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEAG, após aceite da nova documentação.

13.7. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

13.9. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

13.10. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

13.11. Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.12. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.13. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.14. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.15. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

13.16. A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, seja no momento da apresentação da fatura mensal ou em qualquer oportunidade na qual a comprovação seja demandada, obriga a CONTRATANTE a adotar as seguintes medidas, imediata e cronologicamente:

a) executar a garantia contratual, os valores das multas e as eventuais indenizações devidas à Administração, bem como reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos que lhe forem causados, especialmente, aqueles decorrentes de responsabilização subsidiária por inadimplemento de obrigações trabalhistas, observando-se, para tanto, os critérios da compensação;

b) efetuar o pagamento de eventual saldo remanescente em favor da CONTRATADA ou adotar as diligências necessárias à cobrança judicial de saldo remanescente em favor da Administração, conforme o caso.

13.17. A CONTRATADA declara sua anuência com a possibilidade de retenção de créditos advindos do futuro contrato até que seja comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

13.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo futuro contratado.

13.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. No valor estimado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento ambiental, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.2. A SEAG pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma descrita do Item 6.0.

14.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano considerando a data-base do orçamento elaborado pela SEAG **janeiro/2026**.

14.4. O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

14.5. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} * V$$

Em que:

R = Valor do Reajustamento procurado.

I₀ = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) do mês da data-base do orçamento elaborado pela SEAG.

I₁ = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

14.6. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

14.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de

qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

14.9. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no cronograma não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

14.11. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

14.12. A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

14.12.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, os serviços contratados.

14.12.2. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

14.12.3. Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal;
- f) Divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha e normas técnicas vigentes.

14.13. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

14.14. A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Unidade Executiva de Controle Interno (UECI) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

15. DA ANÁLISE DE RISCO

15.1. O mapa de risco lista os possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto no cronograma, necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, ou mesmo necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.

15.2. A tabela encontra-se anexa ao Estudo Técnico Preliminar do mesmo objeto.

16. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. Responsabilidade da Contratada:

Além das obrigações padrão que são inseridas em minuta de edital, devem ser incluídas:

- a) Executar os serviços, de acordo com as especificações e orientações da fiscalização da SEAG, sempre tomando como premissa as especificações e procedimentos, inerentes a cada caso, publicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- b) Todos os serviços de campo (topografia e estudo geotécnico) deverão ser informados ao fiscal do contrato com no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência para possível acompanhamento dos serviços.
- c) A Contratada poderá subcontratar serviços técnicos especializados e necessários ao levantamento de dados primários em campo, tais como: topografia, sondagem, análises laboratoriais, limitado a 25% do valor total do contrato.
- d) Destinar pessoal especializado e em número suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados.
- e) Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para execução destes;
- f) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- g) Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente Licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Contrato;

- i) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Serviço executado, devidamente quitada, antes da emissão da primeira Nota Fiscal/ Fatura, para que possa ser liberado o pagamento após a análise desta;
- j) Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE qualquer dificuldade eventual que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;
- k) Só poderá proceder a alteração de qualquer integrante da Equipe Técnica indicada para a prestação do serviço apresentada no processo licitatório, após submeter à análise e aprovação do CONTRATANTE e desde que tenha acervo técnico equivalente ou superior ao do profissional anterior.
- l) A empresa contratada deverá obedecer às leis e posturas municipais, estaduais e federais.
- m) Os projetos devem atender também os padrões de projeto exigidos pelas permissionárias envolvidas.
- n) A empresa contratada deverá fornecer relação das licenças e autorizações necessárias para a implementação e implantação do projeto, e será responsável pela obtenção das aprovações técnicas requeridas por prefeituras, bem como junto a DER, DNER, DNIT, etc.
- o) É de sua responsabilidade toda alteração ou modificação nos projetos para que as empresas de executoras das obras obtenham as licenças de construção e autorizações para utilização de postes de terceiros.
- p) O recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/ES, ficará a cargo do Contratado, sendo indispensável e obrigatória a apresentação na ocasião da entrega dos projetos.

16.2. Compete à Contratante:

- a) Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- b) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto.
- c) Efetuar o pagamento após a apresentação da nota fiscal referente aos serviços realizados estabelecidos no cronograma físico-financeiro;
- d) Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas;
- e) Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste Contrato.

17. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

17.1. A FISCALIZAÇÃO será feita pela SEAG/GVR – Gerência de Obras Viárias, que dispõe de profissionais competentes e treinados para tal, e que poderão ser auxiliados por empresa supervisora dos serviços do Programa Caminhos do Campo, nos termos do art. 155 da Lei nº



14.133/2021.

17.2. Caso solicitada pela SEAG, a empresa supervisora deverá atestar a realização de seu objeto do contrato, seja por meio de Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto (RAEP 01), Relatório de Análise de Anteprojeto (RAEP 02) ou Relatório de Análise de Estudos e Projetos (RAEP 03), sem o que não será permitido qualquer pagamento.

17.3. Quando não houver acatamento das determinações da fiscalização por parte dos prepostos e responsáveis da CONTRATADA, será facultado à fiscalização da SEAG exigir a sua substituição por outro profissional, a critério da CONTRATADA, com aprovação do CONTRATANTE.

17.4. A CONTRATADA estará submetida durante a vigência do contrato aos procedimentos de avaliação de desempenho de contratos estabelecidos pela SEAG na Norma de Procedimento Nº 009.

17.5. As solicitações de pagamento deverão conter pedido da CONTRATADA à Gerência de Obras Viárias (GVR/SEAG-ES), devidamente assinado e acompanhado de:

- a) Descrição detalhada das atividades realizadas no período;
- b) O produto propriamente dito, conforme a etapa em executada;
- c) Relatório fotográfico e demais evidências da execução das atividades;
- d) Cronograma físico-financeiro atualizado.

17.6. Após as análises, havendo vícios sanáveis, estes serão comunicados ao CONTRATADO, que disporá de prazo para saná-los. Após o saneamento de todas as inconsistências informadas, o produto poderá ser classificado como “Aprovado” pela Contratante, que disponibilizará os recursos para medição.

18. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da Licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**.

18.2. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

18.3. Uma vez solicitado pela SEAG, o adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentar documentos prévios à assinatura do contrato.

18.3.1. Caso a documentação recebida pela SEAG necessite de complementação ou ajustes, poderá ser concedido ao adjudicatário novo prazo, de até 3 (três) dias úteis, para reenvio dos documentos.

18.3.2. O procedimento de reenvio de documentos previsto no subitem anterior não poderá ocorrer mais do que 2 (duas) vezes, de modo a evitar o uso do referido dispositivo para fins meramente protelatórios.



18.4. **Antes da assinatura do Contrato** o adjudicatário deverá comprovar a titularidade de Laboratório ou Contrato de Prestação de Serviço com Laboratório sediado no Estado do Espírito Santo, podendo, a critério da SEAG ser realizada diligência. Os instrumentos e equipamentos devem possuir certificado de calibração válido emitido por empresa credenciada ou acreditada por órgão oficial de metrologia.

18.5. **Antes da assinatura do Contrato** o adjudicatário deverá comprovar que detém em seu quadro permanente na condição de empregado ou de prestado de serviços, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso, o seguinte profissional:

a) Engenheiro Civil – conforme competência na Resolução CONFEA Nº218 de 1973, artigo 7º.

18.6. Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no presente documento, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

19. SANÇÕES

De acordo Com o descrito no Capítulo IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, da Lei 14.133/2021 e regulamentações.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o **LICITANTE** ou **ADJUDICATÁRIO** que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.3. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. Fraudar a licitação;

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.1.7. Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

19.2. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

- a) multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;
- b) impedimento de licitar e contratar; e
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

19.5. As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

19.6. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o **CONTRATADO** que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.7. Serão aplicadas ao **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

19.7.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

19.7.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 19.6, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

19.7.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 19.6, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

19.7.4. Multa:

a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

b) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.I) - O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 19.6, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 19.6, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 19.6, a multa será de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato. Casos graves podem ser considerados: Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual; quando houver descumprimento na execução dos serviços solicitados, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais.

f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 19.6, a multa será de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.6, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



g) A multa será de 0,5% (meio por cento) para cada equipamento solicitado e não disponibilizado, até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

19.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

ANEXOS:



Planilhas Orçamentárias e Tabelas modelo para apresentação de Certidões e Atestados.



Vitória, 24 de abril de 2026.



RENÉE LAURET COSME
Gerente de Obras Viárias
(Assinado eletronicamente)





ANEXO I – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

<div>  <div> GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG </div>  </div>					
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE PROJETOS					
Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA - SEAG				
Obra	ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
Data base:	SICRO JANEIRO/2026; DER/ES NOVEMBRO/2025, REAJUSTADO P/ JANEIRO/2026				
Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Valor
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				
1.1	Implantação de base (par de marcos) de concreto, georreferenciados com GPS de dupla frequência, inclusive pós processamento	Und	83,00	R\$ 1.474,95	R\$ 122.420,85
1.2	Implantação de poligonal de amarração em marcos de concreto, espaçamento máximo 500 m, inclusive pós processamento	Km	271,63	R\$ 1.783,14	R\$ 484.354,31
1.3	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	ha	814,89	R\$ 1.506,21	R\$ 1.227.395,46
1.4	Implantação de eixo de locação, seções e cadastro	Km	271,63	R\$ 2.071,63	R\$ 562.716,85
1.5	Nivelamento geométrico, inclusive contranivelamento	Km	271,63	R\$ 2.158,01	R\$ 586.180,25
Sub Total 1					R\$ 2.983.067,72
2	ESTUDOS				
2.1	ESTUDO DE TRÁFEGO				
2.1.1	Contagem volumétrica classificatória de tráfego 02 direções, duração 12 horas, TMD<3000	Dia	385,00	R\$ 1.401,23	R\$ 539.473,55
2.1.2	Estudos de Tráfego	Und	55,00	R\$ 11.054,04	R\$ 607.972,20
Sub Total 2.1					R\$ 1.147.445,75
2.2	ESTUDO GEOTÉCNICOS, GEOLOGICOS E TECNOLÓGICO				
2.2.1	Deslocamento (ida e volta) de equipe técnica, para inspeções e vistorias em locais situados até 150 km , exclusive execução do serviço	Und	76,00	R\$ 1.854,70	R\$ 140.957,20
2.2.2	Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação - Reabilitação	Km	271,63	R\$ 7.606,67	R\$ 2.066.198,48
2.2.3	Lauda Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes	Und	55,00	R\$ 7.801,69	R\$ 429.092,95
2.2.4	Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT, fora da Grande Vitória	Km	7395,00	R\$ 7,45	R\$ 55.092,75
2.2.5	Deslocamento entre furos na área de investigação de sondagem SPT acima de 500 m de distância	Und	157,00	R\$ 451,33	R\$ 70.858,81
2.2.6	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	m	212,00	R\$ 174,07	R\$ 36.902,84
2.2.7	Sondagem à Percussão SPT - Instalação de tubo de revestimento	m	212,00	R\$ 80,50	R\$ 17.066,00
Sub Total 2.2					R\$ 2.816.169,03
2.3	ESTUDO HIDROLÓGICO				
2.3.1	Estudos Hidrológicos para projeto de reabilitação de rodovias	Km	271,63	R\$ 2.570,36	R\$ 698.186,88
Sub Total 2.3					R\$ 698.186,88
Sub Total 2					R\$ 4.661.801,66
3	PROJETOS				
3.1	Anteprojeto de Drenagem e OAC para reabilitação de rodovias em pista simples	Km	271,63	R\$ 2.632,00	R\$ 714.930,16
3.2	Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias em pista simples	Km	271,63	R\$ 1.513,91	R\$ 411.223,37
3.3	Anteprojeto de Sinalização para reabilitação de rodovias em pista simples área rural	Km	271,63	R\$ 724,92	R\$ 196.910,01
3.4	Anteprojeto de Obras Complementares em rodovias	Km	271,63	R\$ 664,38	R\$ 180.465,53
3.5	Anteprojeto de Estruturas de contenções em estruturas de solo reforçado, altura até 10 m (por seção típica)	Und	55,00	R\$ 2.873,66	R\$ 158.051,30
Sub Total 3					R\$ 1.661.580,37
4	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR				
4.1	Elaboração e Entrega do Estudo de Viabilidade Técnica	Und	55,00	R\$ 15.954,75	R\$ 877.511,25
Sub Total 4					R\$ 877.511,25
Total					R\$ 10.183.961,00

<div><div>GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</div><div>SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG</div></div>		<div></div>			
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE PROJETOS					
Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA - SEAG				
Obra	ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
Data base:	SICRO JANEIRO/2026; DER/ES NOVEMBRO/2025, REAJUSTADO P/ JANEIRO/2026				
ORÇAMENTO LOTE 01					
MUNICÍPIO	TRECHO	EXTENSÃO	VALOR TRECHO		
APIACÁ	Sede x Santa Fé	4,70	R\$	179.996,29	
ATÍLIO VIVÁQUA	Sede x C.R. da Fama x C.R. da Fama x S. Pedro x S. Pedro x Entr. ES-489 (sede)	10,00	R\$	321.564,66	
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	Entr. ES-166 (Sapecado) x São Vicente	15,20	R\$	461.698,75	
GUAÇUI	Sede x Assentamento Luiz Taliuri Neto	14,00	R\$	429.984,78	
IBATIBA	Entr. ES-185 x Santa Clara	1,30	R\$	89.058,08	
IBATIBA	Cambraia x Córrego Ipê x Santa Maria	2,10	R\$	110.684,41	
IBATIBA	Sede x Ipê	1,40	R\$	91.607,95	
IBATIBA	Entr. ES-185 x Criciúma	1,60	R\$	96.968,42	
IBITIRAMA	Sede x Santa Marta	8,90	R\$	293.367,12	
IBITIRAMA	Sede x Santa Rita x São José	16,40	R\$	494.493,04	
ITAPEMIRIM	Entr. BR-101 x Frade e a Freira	2,70	R\$	124.240,60	
IÚNA	Sede Água Santa a Sede	3,40	R\$	144.987,35	
IÚNA	Estrada p/Água Santa (E 53) x Entr. ES-185	1,10	R\$	83.921,05	
IÚNA	Estrada p/Água Santa (E 119) x Sede	0,71	R\$	73.686,00	
JERÔNIMO MONTEIRO	Sede x Oriente x Entr. ES-483	6,30	R\$	223.906,17	
MIMOSO DO SUL	Sede x São Pedro de Itabapoana	8,80	R\$	290.332,94	
MIMOSO DO SUL	Entr. BR-101 x São José das Torres x Entr. BR-101	2,90	R\$	131.604,75	
101,51		TOTAL LOTE 01		R\$	3.642.102,36
Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Valor
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				
1.1	Implantação de base (par de marcos) de concreto, georreferenciados com GPS de dupla frequência, inclusive pós processamento	Und	27,00	R\$ 1.474,95	R\$ 39.823,65
1.2	Implantação de poligonal de amarração em marcos de concreto, espaçamento máximo 500 m, inclusive pós processamento	Km	101,51	R\$ 1.783,14	R\$ 181.006,54
1.3	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	ha	304,53	R\$ 1.506,21	R\$ 458.686,13
1.4	Implantação de eixo de locação, seções e cadastro	Km	101,51	R\$ 2.071,63	R\$ 210.291,16
1.5	Nivelamento geométrico, inclusive contranivelamento	Km	101,51	R\$ 2.158,01	R\$ 219.059,59
Sub Total 1				R\$	1.108.867,07
2	ESTUDOS				
2.1	ESTUDO DE TRÁFEGO				
2.1.1	Contagem volumétrica classificatória de tráfego 02 direções, duração 12 horas, TMD<3000	Dia	119,00	R\$ 1.401,23	R\$ 166.746,37
2.1.2	Estudos de Tráfego	Und	17,00	R\$ 11.054,04	R\$ 187.918,68
Sub Total 2.1				R\$	354.665,05
2.2	ESTUDO GEOTÉCNICOS, GEOLOGICOS E TECNOLÓGICO				
2.2.1	Deslocamento (ida e volta) de equipe técnica, para inspeções e vistorias em locais situados até 150 km , exclusive execução do serviço	Und	33,00	R\$ 1.854,70	R\$ 61.205,10
2.2.2	Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação - Reabilitação	Km	101,51	R\$ 7.606,67	R\$ 772.153,01
2.2.3	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes	Und	17,00	R\$ 7.801,69	R\$ 132.628,73
2.2.4	Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT, fora da Grande Vitória	Km	3185,00	R\$ 7,45	R\$ 23.728,25
2.2.5	Deslocamento entre furos na área de investigação de sondagem SPT acima de 500 m de distância	Und	59,00	R\$ 451,33	R\$ 26.628,47
2.2.6	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	m	76,00	R\$ 174,07	R\$ 13.229,32
2.2.7	Sondagem à Percussão SPT - Instalação de tubo de revestimento	m	76,00	R\$ 80,50	R\$ 6.118,00
Sub Total 2.2				R\$	1.035.690,88
2.3	ESTUDO HIDROLÓGICO				
2.3.1	Estudos Hidrológicos para projeto de reabilitação de rodovias	Km	101,51	R\$ 2.570,36	R\$ 260.917,24
Sub Total 2.3				R\$	260.917,24
Sub Total 2				R\$	1.651.273,17
3	PROJETOS				
3.1	Anteprojeto de Drenagem e OAC para reabilitação de rodovias em pista simples	Km	101,51	R\$ 2.632,00	R\$ 267.174,32
3.2	Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias em pista simples	Km	101,51	R\$ 1.513,91	R\$ 153.677,00
3.3	Anteprojeto de Sinalização para reabilitação de rodovias em pista simples área rural	Km	101,51	R\$ 724,92	R\$ 73.586,62
3.4	Anteprojeto de Obras Complementares em rodovias	Km	101,51	R\$ 664,38	R\$ 67.441,21
3.5	Anteprojeto de Estruturas de contenções em estruturas de solo reforçado, altura até 10 m (por seção típica)	Und	17,00	R\$ 2.873,66	R\$ 48.852,22
Sub Total 3				R\$	610.731,37
4	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR				
4.1	Elaboração e Entrega do Estudo de Viabilidade Técnica	Und	17,00	R\$ 15.954,75	R\$ 271.230,75
Sub Total 4				R\$	271.230,75
Total				R\$	3.642.102,36

		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG					
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE PROJETOS					
Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA - SEAG				
Obra	ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
Data base:	SICRO JANEIRO/2026; DER/ES NOVEMBRO/2025, REAJUSTADO P/ JANEIRO/2026				
ORÇAMENTO LOTE 02					
MUNICÍPIO	TRECHO	EXTENSÃO	VALOR TRECHO		
AFONSO CLÁUDIO	Sede x Sítio Capiau	5,58	R\$	202.226,64	
AFONSO CLÁUDIO	ES-165 x Fazenda Roncetti	3,50	R\$	145.272,77	
AFONSO CLÁUDIO	Sede x Rancho	1,90	R\$	102.726,00	
ALFREDO CHAVES	Entr. ES-146 x Cachoeira Alta	5,70	R\$	204.891,63	
ALFREDO CHAVES	Ponte s/ Rio Batatal x Aparecida x R. do Cristo	7,70	R\$	257.898,58	
CONCEIÇÃO DO CASTELO	ES-472 (Santa Luzia) x ES-472 (Taquarassu)	4,10	R\$	161.724,85	
DOMINGOS MARTINS	BR-262 x ES-164 (Rota do Lagarto)	7,10	R\$	242.413,15	
DOMINGOS MARTINS	ES-465 x Califórnia	0,35	R\$	61.452,36	
DOMINGOS MARTINS	Pedra Azul x Estrada Rota do Lagarto	1,70	R\$	97.104,78	
DOMINGOS MARTINS	BR-262 (Trevo STª Isabel) x Vale da Estação	3,00	R\$	131.554,97	
DOMINGOS MARTINS	Aracê x Magistrado	2,80	R\$	126.678,69	
DOMINGOS MARTINS	Sede x Sôido de Cima	2,40	R\$	115.845,99	
DOMINGOS MARTINS	Sôido de Cima x Santa Úrsula	1,10	R\$	81.060,60	
DOMINGOS MARTINS	Ponte s/ Rio Jucu x Cascata do Galo	3,90	R\$	155.248,70	
DOMINGOS MARTINS	ES-465 x Serra Verde	0,30	R\$	60.177,42	
GUARAPARI	Entr. BR 101 x Iguape	2,00	R\$	104.642,67	
ICONHA	Entr. ES-375 (Duas Barras) x Inhauma x Entr. Monte Alegre	8,00	R\$	266.144,22	
MARECHAL FLORIANO	Comunidade de Santa Maria x Comunidade Cristóvão x ES-164	3,40	R\$	142.164,14	
MARECHAL FLORIANO	BR-262 x Sôido de Baixo	3,40	R\$	142.164,14	
		67,93	TOTAL LOTE 02		R\$ 2.801.392,30
Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Valor
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				
1.1	Implantação de base (par de marcos) de concreto, georreferenciados com GPS de dupla frequência, inclusive pós processamento	Und	24,00	R\$ 1.474,95	R\$ 35.398,80
1.2	Implantação de poligonal de amarração em marcos de concreto, espaçamento máximo 500 m, inclusive pós processamento	Km	67,93	R\$ 1.783,14	R\$ 121.128,70
1.3	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	ha	203,79	R\$ 1.506,21	R\$ 306.950,53
1.4	Implantação de eixo de locação, seções e cadastro	Km	67,93	R\$ 2.071,63	R\$ 140.725,82
1.5	Nivelamento geométrico, inclusive contranivelamento	Km	67,93	R\$ 2.158,01	R\$ 146.593,61
				Sub Total 1	R\$ 750.797,46
2	ESTUDOS				
2.1	ESTUDO DE TRÁFEGO				
2.1.1	Contagem volumétrica classificatória de tráfego 02 direções, duração 12 horas, TMD<3000	Dia	133,00	R\$ 1.401,23	R\$ 186.363,59
2.1.2	Estudos de Tráfego	Und	19,00	R\$ 11.054,04	R\$ 210.026,76
				Sub Total 2.1	R\$ 396.390,35
2.2	ESTUDO GEOTÉCNICOS, GEOLOGICOS E TECNOLÓGICO				
2.2.1	Deslocamento (ida e volta) de equipe técnica, para inspeções e vistorias em locais situados até 150 km , exclusive execução do serviço	Und	19,00	R\$ 1.854,70	R\$ 35.239,30
2.2.2	Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação - Reabilitação	Km	67,93	R\$ 7.606,67	R\$ 516.720,46
2.2.3	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes	Und	19,00	R\$ 7.801,69	R\$ 148.232,11
2.2.4	Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT, fora da Grande Vitória	Km	1595,00	R\$ 7,45	R\$ 11.882,75
2.2.5	Deslocamento entre furos na área de investigação de sondagem SPT acima de 500 m de distância	Und	41,00	R\$ 451,33	R\$ 18.504,53
2.2.6	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	m	60,00	R\$ 174,07	R\$ 10.444,20
2.2.7	Sondagem à Percussão SPT - Instalação de tubo de revestimento	m	60,00	R\$ 80,50	R\$ 4.830,00
				Sub Total 2.2	R\$ 745.853,35
2.3	ESTUDO HIDROLÓGICO				
2.3.1	Estudos Hidrológicos para projeto de reabilitação de rodovias	Km	67,93	R\$ 2.570,36	R\$ 174.604,55
				Sub Total 2.3	R\$ 174.604,55
				Sub Total 2	R\$ 1.316.848,25
3	PROJETOS				
3.1	Anteprojeto de Drenagem e OAC para reabilitação de rodovias em pista simples	Km	67,93	R\$ 2.632,00	R\$ 178.791,76
3.2	Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias em pista simples	Km	67,93	R\$ 1.513,91	R\$ 102.839,90
3.3	Anteprojeto de Sinalização para reabilitação de rodovias em pista simples área rural	Km	67,93	R\$ 724,92	R\$ 49.243,81
3.4	Anteprojeto de Obras Complementares em rodovias	Km	67,93	R\$ 664,38	R\$ 45.131,33
3.5	Anteprojeto de Estruturas de contenções em estruturas de solo reforçado, altura até 10 m (por seção típica)	Und	19,00	R\$ 2.873,66	R\$ 54.599,54
				Sub Total 3	R\$ 430.606,34
4	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR				
4.1	Elaboração e Entrega do Estudo de Viabilidade Técnica	Und	19,00	R\$ 15.954,75	R\$ 303.140,25
				Sub Total 4	R\$ 303.140,25
				Total	R\$ 2.801.392,30

		GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG					
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA LICITAÇÃO DE PROJETOS					
Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA - SEAG				
Obra	ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
Data base:	SICRO JANEIRO/2026; DER/ES NOVEMBRO/2025, REAJUSTADO P/ JANEIRO/2026				
ORÇAMENTO LOTE 03					
MUNICÍPIO	TRECHO	EXTENSÃO	VALOR TRECHO		
ARACRUZ	Entr. BR-101 x Desengano	9,60	R\$	308.802,66	
ARACRUZ	Entr. Estrada Desengano (E 162) x Três Irmãos	5,50	R\$	199.791,92	
ECOPORANGA	Ramo 01	1,00	R\$	82.116,22	
GOVERNADOR LINDEMBERG	D. Moacir x Ferregueti x Barra de Novo Brasil D. de Morelho	13,40	R\$	412.123,04	
ITARANA	Alto Jatibocas	1,14	R\$	82.520,08	
JOÃO NEIVA	Entr. BR-101 x Ribeirão de Cima	2,00	R\$	104.940,67	
JOÃO NEIVA	Sede x Demétrio Ribeiro	4,60	R\$	174.548,66	
JOÃO NEIVA	Entr. BR-101 x Juá	1,40	R\$	89.157,19	
LINHARES	Entr. BR-101 x Jataípeba x ES-440	5,40	R\$	201.815,89	
MANTENÓPOLIS	ES-164 x Distrito de Córrego Alto São José II	9,70	R\$	314.361,98	
SANTA LEOPOLDINA	Entr. ES-080 x Tirol	9,50	R\$	305.768,57	
SANTA MARIA DE JETIBÁ	Sede x São Sebastião (Posto de Saúde)	4,90	R\$	182.496,25	
SANTA MARIA DE JETIBÁ	Garrafão x Vila de Baixo x Vila de Cima	1,60	R\$	94.778,41	
SANTA MARIA DE JETIBÁ	São Sebastião de Baixo – Caramuru – Escola IFES	16,30	R\$	488.747,42	
SANTA MARIA DE JETIBÁ	ES-368 x Pousada Paraíso	0,75	R\$	72.136,08	
SANTA TERESA	Sede x Santo Antônio	8,00	R\$	265.995,22	
SÃO DOMINGOS DO NORTE	Entr. Estrada Moroba (E 61) x Catete	1,40	R\$	91.868,64	
SÃO DOMINGOS DO NORTE	Entr. ES-137 x Moroba	4,00	R\$	160.808,07	
SÃO GABRIEL DA PALHA	Sede x Córrego Sete	2,00	R\$	107.689,37	
		102,19	TOTAL LOTE 03		R\$ 3.740.466,34
Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Valor
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO				
1.1	Implantação de base (par de marcos) de concreto, georreferenciados com GPS de dupla frequência, inclusive pós processamento	Und	32,00	R\$ 1.474,95	R\$ 47.198,40
1.2	Implantação de poligonal de amarração em marcos de concreto, espaçamento máximo 500 m, inclusive pós processamento	Km	102,19	R\$ 1.783,14	R\$ 182.219,07
1.3	Levantamento Planialtimétrico Cadastral	ha	306,57	R\$ 1.506,21	R\$ 461.758,79
1.4	Implantação de eixo de locação, seções e cadastro	Km	102,19	R\$ 2.071,63	R\$ 211.699,86
1.5	Nivelamento geométrico, inclusive contranivelamento	Km	102,19	R\$ 2.158,01	R\$ 220.527,04
Sub Total 1				R\$	1.123.403,16
2	ESTUDOS				
2.1	ESTUDO DE TRÁFEGO				
2.1.1	Contagem volumétrica classificatória de tráfego 02 direções, duração 12 horas, TMD<3000	Dia	133,00	R\$ 1.401,23	R\$ 186.363,59
2.1.2	Estudos de Tráfego	Und	19,00	R\$ 11.054,04	R\$ 210.026,76
Sub Total 2.1				R\$	396.390,35
2.2	ESTUDO GEOTÉCNICOS, GEOLOGICOS E TECNOLÓGICO				
2.2.1	Deslocamento (ida e volta) de equipe técnica, para inspeções e vistorias em locais situados até 150 km , exclusive execução do serviço	Und	24,00	R\$ 1.854,70	R\$ 44.512,80
2.2.2	Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação - Reabilitação	Km	102,19	R\$ 7.606,67	R\$ 777.325,07
2.2.3	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes	Und	19,00	R\$ 7.801,69	R\$ 148.232,11
2.2.4	Deslocamento de equipe e equipamento de sondagem rotativa e SPT, fora da Grande Vitória	Km	2615,00	R\$ 7,45	R\$ 19.481,75
2.2.5	Deslocamento entre furos na área de investigação de sondagem SPT acima de 500 m de distância	Und	57,00	R\$ 451,33	R\$ 25.725,81
2.2.6	Sondagem de simples reconhecimento tipo SPT, incl. deslocamento local do equipamento até 500 m	m	76,00	R\$ 174,07	R\$ 13.229,32
2.2.7	Sondagem à Percussão SPT - Instalação de tubo de revestimento	m	76,00	R\$ 80,50	R\$ 6.118,00
Sub Total 2.2				R\$	1.034.624,86
2.3	ESTUDO HIDROLÓGICO				
2.3.1	Estudos Hidrológicos para projeto de reabilitação de rodovias	Km	102,19	R\$ 2.570,36	R\$ 262.665,08
Sub Total 2.3				R\$	262.665,08
Sub Total 2				R\$	1.693.680,29
3	PROJETOS				
3.1	Anteprojeto de Drenagem e OAC para reabilitação de rodovias em pista simples	Km	102,19	R\$ 2.632,00	R\$ 268.964,08
3.2	Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias em pista simples	Km	102,19	R\$ 1.513,91	R\$ 154.706,46
3.3	Anteprojeto de Sinalização para reabilitação de rodovias em pista simples área rural	Km	102,19	R\$ 724,92	R\$ 74.079,57
3.4	Anteprojeto de Obras Complementares em rodovias	Km	102,19	R\$ 664,38	R\$ 67.892,99
3.5	Anteprojeto de Estruturas de contenções em estruturas de solo reforçado, altura até 10 m (por seção típica)	Und	19,00	R\$ 2.873,66	R\$ 54.599,54
Sub Total 3				R\$	620.242,64
4	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR				
4.1	Elaboração e Entrega do Estudo de Viabilidade Técnica	Und	19,00	R\$ 15.954,75	R\$ 303.140,25
Sub Total 4				R\$	303.140,25
Total				R\$	3.740.466,34



ANEXO II – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EMPRESA

ANEXO II	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO							
	Nº DO ATESTADO/CERTIDÃO¹	Nº DA CAT¹	EMPRESA CONTRATADA	NOME DO CONTRATANTE	Nº DO ITEM DO SERVIÇO A COMPROVAR²	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO A COMPROVAR³	UNIDADE	QUANTIDADE
Data:	Nome da Empresa Licitante:			Identificação, qualificação e assinatura do representante Legal:				

¹ Juntar cópia dos Atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, além das Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo conselho de Classe

² Deve ser indicado o número do Item de serviço constante na CAT/Atestado. Para critério de análise das obras/serviços já executados pela licitante, será considerado pelo Agende de Contratação e Equipe de apoio os itens aqui indicados

³ Descrever o serviço executado que a licitante entende que é semelhante ao exigido em Edital, devendo tal descrição ser exatamente como consta na CAT/Atestado. Para critério de análise do Acervo Técnico, será considerado pelo Agende de Contratação e Equipe de apoio os itens aqui indicados



ANEXO III – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROFISSIONAL

ANEXO III	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAIS DETENTOR(ES) DE ATESTADOS E CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO POR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO					
	Nº DO ATESTADO/CERTIDÃO ¹	Nº DA CAT ¹	FUNÇÃO DESEMPENHADA	Nº DO ITEM DO SERVIÇO A COMPROVAR ²	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO A COMPROVAR ³	UNIDADE
Data:	Nome da Empresa Licitante:					

¹ Juntar cópia dos Atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, além das Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho de Classe

² Deve ser indicado o número do Item de serviço constante na CAT/Atestado. Para critério de análise do Acervo Técnico, será considerado pelo Agende de Contratação e Equipe de apoio os itens aqui indicados

³ Descrever o serviço executado que a licitante entende que é semelhante ao exigido em Edital, devendo tal descrição ser exatamente como consta na CAT/Atestado. Para critério de análise do Acervo Técnico, será considerado pelo Agende de Contratação e Equipe de apoio os itens aqui indicados

ANEXO IV – COORDENADAS GEOGRÁFICAS DOS TRECHOS

GRUPO	TRECHO	MUNICÍPIO	COORDENADAS (UTM 24K)		EXTENSÃO (KM)	
			INÍCIO	FIM	TRECHO	LOTE
Lote 1	Sede - Santa Fé	Apiacá	234821.01 m E	235110.29 m E	4,70	101,51
			7668034.79 m S	7670842.75 m S		
	Sede x C.R. da Fama x C.R. da Fama x S. Pedro x S. Pedro x Entr. ES-489 (sede)	Atílio Vivácqua	271213.99 m E	273043.87 m E	10,00	
			7685590.02 m S	7683755.93 m S		
	ES-166 (Sapecado) – São Vicente	Cachoeiro de Itapemirim	272084.34 m E	282123.24 m E	15,20	
			7708136.69 m S	7714085.03 m S		
	Sede - Assentamento Luiz Taliuri Neto	Guaçuí	220292.96 m E	212743.86 m E	14,00	
			7700368.39 m S	7704271.83 m S		
	Entr. ES-185 x Santa Clara	Ibatiba	229767.41 m E	229702.41 m E	1,30	
			7761953.43 m S	7760763.53 m S		
	Cambraia x Córrego Ipê x Santa Maria	Ibatiba	237354.43 m E	236142.67 m E	2,10	
			7759993.37 m S	7758510.34 m S		
	Sede x Ipê	Ibatiba	237655.32 m E	237642.55 m E	1,40	
			7761223.20 m S	7762382.67 m S		
	Entr. ES-185 x Criciúma	Ibatiba	227447.90 m E	226428.77 m E	1,60	
			7763408.39 m S	7762260.84 m S		
	Sede - Santa Marta	Ibitirama	221767.20 m E	216702.30 m E	8,90	
			7726523.83 m S	7729112.50 m S		
	Sede x Santa Rita x São José	Ibitirama	221773.45 m E	220748.88 m E	16,40	
			7727644.35 m S	7738335.90 m S		
	Entr. BR-101 x Frade e a Freira	Itapemirim	294162.89 m E	293677.02 m E	2,70	
			7689563.65 m S	7691495.62 m S		
	Sede - Água Santa - Sede	Iúna	236147.76 m E	236502.98 m E	3,40	
			7748577.54 m S	7746308.96 m S		
	Estrada p/Água Santa (E 53) x Entr. ES-185	Iúna	236421.61 m E	235975.29 m E	1,10	
			7746304.96 m S	7745524.70 m S		
		Iúna	236596.19 m E	236241.01 m E	0,71	

	Estrada p/ Água Santa (E 119) x Sede		7747349.76 m S	7747923.84 m S	6,30	
	Sede x Oriente x Entr. ES-483	Jerônimo Monteiro	250572.24 m E	254799.54 m E		
			7705235.46 m S	7708760.74 m S		
	Sede x São Pedro de Itabapoana	Mimoso do Sul	246329.95 m E	241004.88 m E	8,80	
			7671942.66 m S	7667424.45 m S		
	Entr. BR-101 x São José das Torres x Entr. BR-101	Mimoso do Sul	268512.16 m E	267721.12 m E	2,90	
		7668258.05 m S	7667403.60 m S			
Lote 2	Sede x Sítio Capiáu	Afonso Cláudio	279535.23 m E	279436.03 m E	5,58	67,93
			7782037.32 m S	7782478.56 m S		
	ES-165 x Fazenda Roncetti	Afonso Cláudio	279987.97 m E	277687.58 m E	3,50	
			7763084.11 m S	7762762.13 m S		
	Sede x Rancho	Afonso Cláudio	278239.10 m E	277826.91 m E	1,90	
			7777628.45 m S	7775994.68 m S		
	Entr. ES-146 x Cachoeira Alta	Alfredo Chaves	317505.27 m E	314904.19 m E	7,70	
			7715380.88 m S	7711334.87 m S		
	Ponte s/ Rio Batatal x Aparecida x R. do Cristo	Alfredo Chaves	322978.43 m E	318784.98 m E	7,70	
			7735915.92 m S	7732515.06 m S		
	ES-472 (Santa Luzia) x ES-472 (Taquarassu)	Conceição do Castelo	268306.39 m E	269671.21 m E	4,10	
			7743666.24 m S	7743054.48 m S		
	BR-262 x ES-164 (Rota do Lagarto)	Domingos Martins	289643.51 m E	285837.39 m E	7,10	
			7744117.75 m S	7741819.02 m S		
	ES-465 x Califórnia	Domingos Martins	325911.25 m E	326220.67 m E	0,35	
			7759945.68 m S	7760241.27 m S		
	Pedra Azul x Estrada Rota do Lagarto	Domingos Martins	288282.76 m E	288448.37 m E	1,70	
			7744983.56 m S	7743590.83 m S		
	BR-262 (Trevo STª Isabel) x Vale da Estação	Domingos Martins	329511.42 m E	330685.34 m E	3,00	
			7745524.03 m S	7743483.75 m S		
	Aracê x Magistrado	Domingos Martins	291022.32 m E	293300.72 m E	2,80	
			7745029.89 m S	7745958.45 m S		
	Sede x Soído de Cima	Domingos Martins	326392.50 m E	324392.93 m E	240	
			7746277.07 m S	7746389.76 m S		

	Soído de Cima x Santa Úrsula	Domingos Martins	323938.43 m E 7746693.84 m S	323246.04 m E 7747379.43 m S	1,10	
	Ponte s/ Rio Jucu x Cascata do Galo	Domingos Martins	327006.05 m E 7752704.40 m S	327664.73 m E 7755758.29 m S	3,90	
	ES-465 x Serra Verde	Domingos Martins	323228.89 m E 7763687.78 m S	322915.08 m E 7763550.23 m S	0,30	
	Entr. BR 101 x Iguape	Guarapari	344637.62 m E 7723664.42 m S	343846.79 m E 7725278.79 m S	2,00	
	Entr. ES-375 (Duas Barras) x Inhauma x Entr. Monte Alegre	Iconha	304038.11 m E 7706617.34 m S	298726.58 m E 7703899.77 m S	8,00	
	Comunidade de Santa Maria x Comunidade Cristóvão x ES-164	Marechal Floriano	316425.07 m E 7741550.32 m S	315148.03 m E 7738982.38 m S	3,40	
	BR-262 x Soído de Baixo	Marechal Floriano	316707.26 m E 7742040.01 m S	316814.91 m E 7744931.39 m S	3,40	
	Entr. BR 101 - Desengano	Aracruz	368187.10 m E 7824236.20 m S	362265.48 m E 7829057.31 m S	9,60	
	Entr. Estrada Desengano (E 162) x Três Irmãos	Aracruz	366654.27 m E 7826521.58 m S	367110.96 m E 7831143.76 m S	5,50	
	Ramo 01	Ecoporanga	311941.23 m E 7961100.89 m S	311561.08 m E 7960260.00 m S	1,00	
Lote 3	D. Moacir x Ferregueti x Barra de Novo Brasil D. de Morelho	Governador Lindenberg	341086.67 m E 7872691.73 m S	345570.25 m E 7882820.47 m S	13,40	102,19
	Alto Jatibocas	Itarana	302161.57 m E 7787457.34 m S	301637.16 m E 7786717.90 m S	1,14	
	Entr. BR-101 x Ribeirão de Cima	João Neiva	358723.16 m E 7819176.71 m S	357830.56 m E 7820434.72 m S	2,00	
	Sede - Demétrio Ribeiro	João Neiva	354772.31 m E 7815644.87 m S	351456.55 m E 7817068.29 m S	4,60	
	Entr. BR-101 x Juá	João Neiva	357197.14 m E 7817112.48 m S	358330.65 m E 7817498.79 m S	1,40	
		Linhares	388666.71 m E	387385.59 m E	5,40	



	Entr. BR-101 x Jataípeba x ES-440		7850737.95 m S	7845810.21 m S	
	ES-164 x Distrito de Córrego Alto São José II	Mantenópolis	278542.22 m E	280467.85 m E	9,70
			7911640.01 m S	7909915.68 m S	
	Entr. ES-080 x Tirol	Santa Leopoldina	349668.29 m E	342842.55 m E	9,50
			7772972.48 m S	7768380.78 m S	
	Sede – São Sebastião (Posto de Saúde)	Santa Maria de Jetibá	315829.93 m E	311766.97 m E	4,90
			7785419.60 m S	7786152.21 m S	
	Garrafão x Vila de Baixo x Vila de Cima	Santa Maria de Jetibá	296275.13 m E	295133.82 m E	1,60
			7770333.41 m S	7770942.48 m S	
	São Sebastião de Baixo – Caramuru – Escola IFES	Santa Maria de Jetibá	323703.03 m E	318708.16 m E	16,30
			7781516.98 m S	7771370.90 m S	
	ES-368 x Pousada Paraíso	Santa Maria de Jetibá	319443.45 m E	319920.63 m E	0,75
			7784368.10 m S	7784830.19 m S	
	Sede - Santo Antônio	Santa Teresa	332650.08 m E	335170.13 m E	8,00
			7795349.28 m S	7800176.73 m S	
	Entr. Estrada Moroba (E 61) x Catete	São Domingos do Norte	336858.42 m E	337958.62 m E	1,40
			7888583.95 m S	7887929.67 m S	
	Entr. ES-137 x Moroba	São Domingos do Norte	336356.34 m E	337549.34 m E	4,00
			7889360.17 m S	7886115.89 m S	
	Sede x Córrego Sete	São Gabriel da Palha	337664.64 m E	335956.77 m E	2,00
			7896854.50 m S	7896241.69 m S	

ANEXO V – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA NOTA TÉCNICA

Serão atribuídos valores a cada alínea que compõe a nota, devendo as propostas conter os elementos necessários e suficientes para uma correta avaliação. A Banca designada atribuirá as notas parciais, de acordo com a distribuição adiante detalhada:

- **Conhecimento do Problema (NTBa - Pontuação máxima = 25 pontos)**

Neste quesito, a nota será atribuída em função da abordagem dos tópicos a seguir:

Alínea	Discriminação	Nota Máxima
a.1	Descrição geral sobre o Programa Caminhos do Campo	5,00
a.2	Descrição geral de todos os trechos contemplados no objeto do presente termo de referência	5,00
a.3	Descrição sobre o conjunto de ações e técnicas utilizadas para restaurar ou melhorar as condições de uma rodovia com características semelhantes às aquelas atendidas pelo Programa Caminhos do Campo, tanto em termos de sua estrutura quanto de sua funcionalidade	15,00
TOTAL		25,00

- **Metodologia e Programa de Trabalho (NTBb - Pontuação máxima = 30 pontos)**

Neste quesito, a nota será atribuída em função da capacidade da proponente em demonstrar conhecimento técnico, experiência e capacidade de execução.

Alínea	Discriminação	Nota Máxima
b.1	Descrição de metodologia de trabalho para tomada de decisão na priorização dos trechos	7,50
b.2	Demonstrar que conhece e domina as normas técnicas de engenharia relacionadas à reabilitação de pavimento e as legislações e normas do Estado do Espírito Santo, em especial aquelas que versam sobre elaboração de orçamento de obras públicas;	7,50
b.3	Apresentar um Plano de Trabalho demonstrando sua capacidade executiva, inclusive com cronograma ilustrando sua capacidade de realização de anteprojetos simultaneamente.	15,00
TOTAL		30,00

A Banca avaliará as propostas e auferirá as notas de cada alínea independentemente, considerando os critérios abaixo:

- **Ótimo - 100% do valor da nota:** licitante apresentou as informações e as proposições além e acima das mínimas requeridas e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica, comprovando possuir conhecimento profundo e atual acerca do item, apresentando proposições de inovações, de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático como no de conhecimentos teóricos, para a execução dos serviços, objeto desta licitação, de maneira que o tempo previsto para execução dos serviços seja reduzido – cronograma mais produtivo.
- **Bom – 80% do valor da nota:** licitante apresentou as informações e proposições em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica, mostrando um conhecimento profundo, atualizado e abrangente de todos itens abordados, além de um cronograma de trabalho mais produtivo do que o sugerido pela SEAG.
- **Regular - 60% do valor da nota:** proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica, mas não apresentou informações atualizadas e referenciadas, com pequenos erros ou não apresentou um cronograma de execução mais produtivo do que o sugerido pela SEAG.
- **Insuficiente - 40% do valor da nota:** proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica, mas contendo erros, omissões ou com superficialidade que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que as proposições da proponente não satisfazem, adequadamente, às expectativas mínimas quanto à qualidade dos serviços que a proponente se propõe a prestar.
- **Inaceitável - 20% do valor da nota:** Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a proponente: (a) não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas; (b) apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; (c) apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência; (d) apresentou um cronograma menos produtivo do que aquele que consta no Termo de Referência.

ANEXO II – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 - Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

1.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

3.1 - Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei 14.133/2021).

3.1.1 - No caso de Consórcio, todas as empresas devem apresentar o registro no CREA ou CAU, considerando os serviços de sua responsabilidade.

3.2 - Comprovação de que o licitante executou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância técnica e valor financeiro e quantitativos mínimos definidos adiante.

3.2.1 - A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Conselho competente.

3.2.2 - Os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes do contratante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.

3.2.3 - No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado ao licitante.

3.2.4 - Deverão constar no atestado de capacidade técnica e/ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.2.5 - Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional.

3.2.6 - As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant. Mínima a ser comprovada
LOTE 01			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	50,75
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	50,75
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	50,75
4	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias;	km	50,75
5	Estudos de Tráfego.	Und	8,00
LOTE 02			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	33,96
2	Estudos de Tráfego;	Und	9,00
3	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	33,96
4	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	33,96

5	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes.	km	9,00
LOTE 03			
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;	km	51,09
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;	km	51,09
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;	km	51,09
4	Estudos de Tráfego;	Und	9,00
5	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias.	km	51,09

3.3 - Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles, caso em que o licitante apresentará tabela contendo: a descrição sucinta da experiência anterior em comprovação, explicitação do somatório de quantidades e a indicação dos atestados correspondentes.

3.4 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.6 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.7 - Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) e que seja detentor de no mínimo 1 (um) Atestado de responsabilidade técnica ou Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes aos indicados no Anexo I deste Edital.

3.7.1.1 - Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; características dos serviços e os quantitativos executados, com a expressa identificação dos definidos neste Edital; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

3.7.1.2 - Havendo exigência legal, os atestados devem ser firmados por profissionais, representantes da licitante, que possuam habilitação no correspondente Conselho profissional.

3.7.1.3 - As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, consideradas as parcelas de maior relevância e valor significativo, são:

Item	Descrição dos Serviços
LOTE 01	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
4	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias;
5	Estudos de Tráfego.
LOTE 02	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Estudos de Tráfego;
3	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
4	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
5	Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes.
LOTE 03	
1	Elaboração de Estudos Geológicos e Geotécnicos para Projeto de Pavimentação;
2	Elaboração de Anteprojeto de Drenagem e OAC em rodovias;
3	Elaboração de Estudos Hidrológicos em rodovias;
4	Estudos de Tráfego;
5	Elaboração de Anteprojeto de Reabilitação de pavimentos de rodovias.

3.8 - Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se como pertencente ao quadro permanente o profissional vinculado por relação jurídica comprovada por qualquer destas formas:

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em sendo sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- Ficha de registro do empregado - RE, registrada no Ministério do Trabalho; ou
- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.

Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

3.9 - O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

3.10 - Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados.

3.11 - No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

3.12 - Declaração do licitante de que no início da execução do contrato terá em seu quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho nos termos da NR-04 do SESMT.

APRESENTAR TODAS AS DECLARAÇÕES, OBSERVANDO OS MODELOS E ORIENTAÇÕES DO EDITAL

3.13 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação – Anexo III;

3.13.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.14 - Termo de indicação do pessoal técnico qualificado, no qual os profissionais indicados pelo Licitante, para fins de comprovação de capacidade técnica, declarem que participarão, a serviço do Licitante, das obras ou serviços. Este termo deverá ser firmado pelo representante do Licitante e pelo profissional, conforme modelo em anexo.

3.15 - Declaração formal emitida pelo Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização, conforme modelo deste edital, em atenção ao disposto no Termo de Referência.

4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

4.7 - **Declaração do licitante** (art. 69, § 3º, da Lei 14.133/2021), indicando a relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, especialmente das obras contratadas em execução ou paralisadas, demonstrando que o Patrimônio Líquido do licitante é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados (considerando-se o saldo a executar pendente, excluindo-se as parcelas já executadas) pelo licitante com entidades públicas e privadas, vigentes na data da sessão pública de abertura desta licitação.

4.7.1 - A declaração deverá ser analisada em relação à receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e



4.7.2 - Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas para tal diferença.

4.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.10 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

4.11 - Os valores constantes do Balanço poderão ser atualizados pelos licitantes, para a data-base do orçamento, estimado pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo.



ANEXO III – MODELOS DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX

Declaramos que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executada os serviços de _____, conforme estipulado no edital Nº ____/_____, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Declaro ainda conhecer o teor dos Documentos, Normas e Instruções de Serviços do SEAG, que regem a execução do futuro contrato

Nome do Município /UF, ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xxx/20xx

Apresentamos nossa proposta para execução dos serviços de

Nosso preço para execução dos serviços é de R\$, o qual alcançamos após a aplicação do **desconto de XX,XX%** (.....), conforme descrito em nosso orçamento, para execução em (.....) dias consecutivos, conforme descrito em nosso orçamento.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Administração Pública.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as diretrizes.

Informamos que o **prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de _____ (Lucro Real ou Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr., Carteira de Identidade nº. expedida em .../.../....., Órgão Expedidor, e CPF nº, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Xxxxxxxx/xx, xxx de xxxxx de 2026

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
FIRMA LICITANTE – CNPJ

MINUTA DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DO CONTRATO

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Carta de Fiança - R\$

Pela presente, o Banco, com sede à Rua da Cidade de, do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador da Empresa....., sediada à Rua..... da Cidade..... do Estado, até o limite de R\$ (.....), para efeito de garantia para a execução do Contrato de Empreitada nº / , objeto do Edital de nº

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, a atender, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela Administração contratante, sem qualquer reclamação, retenção ou, ainda, embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a Administração contratante.

Obriga-se ainda este Banco ao pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser esse Estado compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida na presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita por esse Departamento.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro nº ou outro registro usado por este Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza, por força do disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em do ano, tendo sido eleitos (ou designados) pela Assembleia, realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras pela Administração contratante.

Xxxxxxxxxx/xx, de de 202.....

Banco



MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº xx/20xx

Prezados,

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos do presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, E-mail: _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de ____.

FIRMA LICITANTE – CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

DEMONSTRATIVO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
OBRA:	Nº. DO EDITAL: DATA BASE DA LICITAÇÃO: EXTENSÃO:	EMPRESA: LOTE: PRAZO:
AC = ATIVO CIRCULANTE RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PC = PASSIVO CIRCULANTE PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE AT = ATIVO TOTAL AC = RLP = PC = PNC = AT =	<p>(Apresentar todas fórmulas e contas detalhadas neste quadro)</p>	



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

LOCAL E DATA

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação para o edital em referência.

Atenciosamente,

Nome e assinatura do representante legal da proponente



MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

LOCAL E DATA

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Eu, (nome do profissional), portador da carteira do CREA n.º, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa (razão social) para integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência.

_____, ____ de _____ de _____.

1) Nome e assinatura do profissional responsável técnico do licitante

2) Empresa (representante legal/nome/cargo e assinatura)



DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS
E SEGURANÇA DO TRABALHO

À SEAG

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na, por seu representante legal abaixo identificado, DECLARA para os fins de direito e sob as penas da lei, que os equipamentos necessários para a execução das OBRAS e/ou dos SERVIÇOS DE ENGENHARIA objeto dessa licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da sua contratação, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem executados.

Declaro ainda que no início da execução do contrato teremos no quadro permanente profissionais de Segurança do Trabalho, nos termos da NR-04 do SESMT.

Nome do Município/UF, ____ de ____ de ____.

Identificação e Assinatura do Responsável do Licitante



MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA DO CONTRATO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

À SEAG

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00X/202X

Prezados Senhores:

(nome da empresa), CNPJ nº, com sede à Rua, da Cidade de, do Estado, para a habilitação a (tipo da licitação) nº xxxxxxx/202X, e em cumprimento ao disposto no Edital, vem declarar a modalidade da garantia a ser escolhida será: (01 – Caução em dinheiro, 02 – Caução Título da Dívida Pública, 03 – Fiança Bancária ou 04 – Seguro Garantia).

....., de de 202X.

LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS

Em conformidade com o disposto no Edital, declaramos que executaremos os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ / MF sob o nº.....

Outrossim, declaramos que, em obediência ao artigo 93 da Lei 14.133/2021, cedemos ao (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE), por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas do (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) em relação aos citados serviços:

1 – O (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no artigo 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c o artigo 18 da Lei 5.194/1966 e o artigo 16 da Lei 12.378/2010.

2 – O (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) poderá indicar ou anunciar o(s) nome(s) do(s) autor(es) dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não indicá-los ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados – estes, conforme conceito da Lei 9.610/1998, artigo 5º, inciso VIII, alínea “g”.

3 – O (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que o (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos, ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério do (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE):

O teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DO (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE)”; e

Se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a



concepção dos trabalhos a serem feitos pela CONTRATADA, sejam tais autores empregados do (ÓRGÃO OU ENTE LICITANTE) ou não.

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

_____, ____ de _____ de _____.

[NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL]

[IDENTIDADE] – [CPF / MF]



ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/_____
Concorrência nº ____/_____
Processo nº ____/_____
ID CiudadES nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR
INTERMÉDIO DA SEAGE A EMPRESA

PARA A
ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS DE
LEVANTAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE
TÉCNICA E ANTEPROJETOS DE ENGENHARIA
OBJETIVANDO A REABILITAÇÃO DE TRECHOS
NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHOS DO
CAMPO, COM EXTENSÃO TOTAL DE 271,63 KM.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 27.080.555/0001-47, com sede na **Rua Raimundo Nonato, nº 116, Forte São João, na Cidade de Vitória/ES**, representada legalmente pelo seu **Subsecretário de Infraestrutura Rural – Rodrigo José Costa Nóbrega**, nomeado pelo Decreto nº 2337-S de 30/12/2022, publicada no DIO de 02 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 2801159 e a Empresa **(nome completo)**, doravante denominada CONTRATADA, com sede **(endereço completo)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ **(preencher)** neste ato representado(a) por **(nome e função no contratado)**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO de compra e venda de **(descrever o material)**, nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ANTEPROJETOS DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A REABILITAÇÃO DE TRECHOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO, COM EXTENSÃO TOTAL DE 271,63 KM,**



conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e estabelecidas neste Edital, seus anexos e na proposta da CONTRATADA.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência Eletrônica e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 - A obra/serviço será administrada pela CONTRATADA, que assumirá integralmente a responsabilidade pela sua execução, ficando sujeita à fiscalização do CONTRATANTE durante todas as fases e etapas do trabalho.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços objeto deste Contrato serão executados pelo regime de EMPREITADA POR GLOBAL.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....).

3.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os serviços contratados e efetivamente executados, na forma constante da Planilha Orçamentária (CRITÉRIO DE PAGAMENTO) apresentada pela CONTRATADA e que, independentemente de transcrição, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

3.3 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, em especial o reajuste e a repactuação, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

3.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano considerando a data-base do orçamento elaborado pela Administração, qual seja: **JANEIRO/2026**.

3.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:



$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

em que:

R = Valor do Reajustamento procurado.

I0 = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) do mês da data-base do orçamento elaborado pela Administração contratante.

I1 = É o Índice Setorial de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT-FGV (conforme atividade no orçamento sintético) referente ao mês que a contratada fará jus ao reajuste.

V = Valor a ser reajustado.

3.6 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento.

3.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.8 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

3.9 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

3.10 - Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à CONTRATADA, conforme apurado em procedimento próprio, assegurada ampla defesa e contraditório, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.11 - A análise de eventual pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de caso fortuito ou força maior, considerará:

3.12 - Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

3.12.1 - Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não sejam possíveis de evitar ou impedir, nos termos

do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados;

3.12.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.12.3 - Não será concedida a revisão também nos seguintes casos:

3.12.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.12.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização do prazo de execução do contrato;

3.12.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.12.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

3.12.3.5 - houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

3.12.3.6 - divergências entre a composição de custos unitários da proposta da CONTRATADA com os serviços definidos na Planilha, no Projeto e normas técnicas vigentes.

3.13 - Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

3.14 - A revisão será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de análise da Procuradoria-Geral do Estado.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO FATURAMENTO

4.1 - A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Andamento das Atividades, com a indicação da parcela do cronograma físico-financeiro adimplida e, por conseguinte, a solicitação de medição desta parcela.

4.1.1 - O Relatório Mensal de Andamento das Atividades deverá conter:



- (a) indicação de mês e ano de referência;
- (b) gráfico com a demonstração do andamento das atividades previstas (linha de base) versus realizado;
- (c) ensaios realizados e seus resultados;
- (d) eventuais justificativas para os atrasos (caso existam) nas atividades que impactaram o cronograma;
- (e) planilha orçamentária com seus quantitativos, preços unitários e totais, valores acumulados já recebidos e indicativo de valor a receber no mês;
- (f) boletim contendo o pedido de medição, informando as atividades desenvolvidas (etapas e fases), a parcela do cronograma físico-financeiro que foi adimplida e a solicitação de pagamento;
- (g) outras informações julgadas pertinentes pela fiscalização.

4.1.2 - O CONTRATANTE, por meio de sua fiscalização, deverá confirmar as informações constantes do Relatório Mensal de Andamento das Atividades para proceder com a medição.

4.1.3 - O fechamento da medição somente ocorrerá quando da comprovação, pela fiscalização, do cumprimento da parcela do cronograma físico-financeiro, na forma apresentada no Relatório Mensal de Andamento das Atividades.

4.2 - A CONTRATADA deverá apresentar a fatura somente após o fechamento da medição por parte da fiscalização da Administração.

4.3 - A CONTRATADA deverá, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, apresentar comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação do pagamento vinculada à apresentação dos citados documentos, devidamente autenticados.

4.3.1 - A documentação acima referida deverá vir acompanhada de relatório especificado e de declaração da CONTRATADA, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais no período.

4.4 - Nas guias de recolhimento dos tributos deve constar o número da nota fiscal correspondente. Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- (a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- (b) Número, data e valor total das notas fiscais de serviços as quais se vincularem;



(c) Número do contrato.

4.5 - O CONTRATANTE exigirá, para liberação da fatura, a partir do segundo mês de execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do processo de pagamento, condicionado à efetiva comprovação da quitação.

4.6 - As Guias de Recolhimento do INSS e FGTS deverão demonstrar o recolhimento individualizado, especificamente para o presente contrato, acompanhadas da relação dos empregados envolvidos na execução dos serviços no mês de referência.

4.7 - Quanto ao INSS, na GPS deverão constar do campo outras informações, os seguintes dados:

(a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;

(b) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;

(c) Número do contrato;

(d) Número efetivo de empregados.

4.8 - O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, folhas de pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado.

4.9 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ao término do contrato, deverá a CONTRATADA apresentar a Certidão Negativa emitida pelos órgãos e entidades competentes, a fim de comprovar a quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto contratual bem como declaração, sob as penas da lei, de que adimpliu todos os referidos encargos.

4.10 - A CONTRATADA deverá apresentar a documentação prevista nessa cláusula das suas subcontratadas, para efeito de comprovação da regularidade trabalhista e fiscal.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela etapa efetivamente executada no mês de referência, em conformidade com o cronograma de execução físico financeiro, após a medição pelo gestor e fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

5.2 - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo SEAG.

5.3 - Serão acrescidos desse prazo para pagamento constante do item anterior, os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Administração contratante.

5.4 - Os pagamentos efetuados após o prazo estipulado no item anterior, desde que não provocado pela CONTRATADA, deverão contemplar multa financeira, nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Administração.

5.6 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1 - o prazo de validade;

5.6.2 - a data da emissão;

5.6.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4 - o período respectivo de execução do contrato;

5.6.5 - o valor a pagar; e

5.6.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

5.8 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.



5.9 - A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

5.10 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.11 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.14 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15 - Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integrem consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no instrumento de constituição do consórcio.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - As medições deverão ser protocoladas pela CONTRATADA conforme fluxo estabelecido pela SEAG na Norma de Procedimento Nº 009, ou aquela que a suceder.

6.2 - O pagamento será feito por medição, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os produtos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento, o cronograma e o planejamento proposto pela CONTRATADA, vinculadas ao seu desempenho (execução).

6.2.1 - Os produtos serão apurados por trecho separadamente.

6.2.2 - O planejamento para início da execução dos serviços por trecho poderá ser alterado a critério da SEAG.

6.3 - O atraso injustificado na execução da parcela sujeita a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis, previstas no Contrato e na Norma de Avaliação.



6.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5 - Os serviços serão medidos, de acordo com o Termo de Referência, o Edital da Licitação e o planejamento da CONTRATADA.

6.6 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo do produto, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 10 dias úteis.

6.7 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ADITAMENTOS

7.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021 e nos normativos da Administração Estadual, considerando-se seu específico regime de execução, especialmente as condições da contratação integrada e semi-integrada estabelecidas no art. 133.

7.2 - Os acréscimos que se fizerem necessários, em conformidade aos art. 124 e seguintes da Lei 14.133/21, serão circunstanciadamente justificados e autorizados, desde que comprovada a disponibilidade de recursos para cobertura dos correspondentes acréscimos, e respeitado o limite de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), adotando os seguintes critérios para fixação do preço, observado o disposto na Lei:

7.2.1 - Quando os serviços a serem executados constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, os preços a serem seguidos serão aqueles nela previstos.

7.2.2 - Quando os serviços a serem executados não constarem da Planilha apresentada pela CONTRATADA na proposta, serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites legais.

7.3 - É vedada a compensação dos acréscimos com os decréscimos efetuados, devendo, em regra, ser considerados separadamente, nos termos da Portaria SECONT / PGE nº 01/2013, com suas alterações, ou outro normativo que a substituir.

7.4 - Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, devendo ser mantida a vantagem obtida na proposta vencedora, observado ainda o disposto na Lei Estadual nº 10.577/2016.

7.5 - Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

7.6 - As adequações dos projetos e execução dos serviços sempre deverão atender aos requisitos e normas técnico-legais pertinentes, acompanhadas dos devidos registros nos Conselhos profissionais competentes, e submetidas a aprovação prévia do CONTRATANTE.

7.7 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8 - CLÁUSULA OITAVA: MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções, podendo ainda ser designado apoio a esta fiscalização, conforme art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

8.6 - A fiscalização da Administração terá livre acesso ao local da obra, devendo a CONTRATADA colocar a sua disposição os elementos que forem necessários ao desempenho de suas atribuições.

8.7 - É vedado a Administração e a seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

9 - CLÁUSULA NONA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 - O prazo de vigência da contratação é de **570 (quinhentos e sessenta) dias** e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvado as providências cabíveis no caso de culpa do mesmo.

9.1.2 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

9.2 - A Ordem de Início será emitida até 30 (trinta) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação, por igual período, registrada nos autos.

9.3 - As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.



- (a) A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- (b) Gestão/Unidade: _____ (preencher);
- (c) Fonte de Recursos: _____ (preencher);
- (d) Programa de Trabalho: _____ (preencher);
- (e) Elemento de Despesa: _____ (preencher);
- (f) Plano Interno: _____ (preencher).

10.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

11.1.1 - CAUÇÃO EM DINHEIRO ou TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA ou TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO, conforme incisos I e IV do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

11.1.2 - FIANÇA BANCÁRIA conforme CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO DO EDITAL): carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

11.1.2.1 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;

11.1.2.2 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

11.1.2.3 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

11.1.2.4 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

11.1.3 - SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo seguro-garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Administração contratante, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.



11.1.3.1 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site

<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.

11.1.3.2 - O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias da CONTRATADA em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

11.1.3.3 - Na modalidade seguro-garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora terá a faculdade de assumir a execução e concluir o objeto do contrato, observando o seguinte:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2 - A Administração restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei 14.133/2021.

11.3 - Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo entre as partes, nos termos da legislação vigente.

11.4 - Ocorrendo prorrogação de prazo ou aumento no valor contratual decorrente de acréscimos ou do reequilíbrio econômico-financeiro, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá a CONTRATADA proceder a renovação e/ou ao reforço da garantia inicial, proporcionalmente ao aumento de valor.

11.5 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

11.5.1 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

11.5.2 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.



11.5.3 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

11.6 - Quando se tratar de consórcio, será permitido que seja apresentada a garantia integralmente pela empresa líder ou por qualquer das empresas consorciadas, ou, ainda, por cada uma das empresas consorciadas com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

COMPETE À CONTRATADA:

12.1 - Executar a obra nos termos das especificações contidas no Edital e seus anexos.

12.1.1 - A CONTRATADA deverá atender as Instruções de Serviço normativas vigentes da SEAG, bem como comprometer-se a cumprir a legislação ambiental vigente, as Normas Técnicas do DNIT, do DER-ES, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações pertinentes.

12.1.2 - Quanto aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor.

12.2 - Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, e reforçar, caso necessário para cumprimento do cronograma, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária, efetuando o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

12.2.1 - A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual), conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.3 - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas.

12.3.1 - A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e



administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houver.

12.3.2 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.4 - Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Estado, em especial ao CONTRATANTE ou a terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

12.5 - Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

12.6 - Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do respectivo Contrato e alterações. Manter permanentemente um engenheiro responsável ou corresponsável pela execução dos serviços, com poderes para representar a CONTRATADA junto a Administração, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados.

12.7 - Executar os reparos que se fizerem necessários no serviço de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas

12.8 - Refazer, sem ônus para o poder público, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

12.9 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE a inspeção ao local dos serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

12.10 - Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, a CONTRATADA, nos termos do Decreto nº 4.251-R, de 21 de maio de 2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos da Lei complementar nº 879/2017.

12.11 - A CONTRATADA deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo;



12.12 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à Administração Contratante qualquer alteração de sua condição no processo de Recuperação judicial ou extrajudicial.

12.13 - EVENTOGRAMA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO: Deverá ser acompanhado pela CONTRATADA, realizando-se reuniões com a CONTRATANTE, formalizadas em atas, estabelecimento do caminho crítico e demais questões relevantes para a execução contratual.

12.13.1 - A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, observando o EVENTOGRAMA, O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO e o que dispõe o Termo de Referência.

12.13.2 - A CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entrega de cada etapa, estabelecidos no EVENTOGRAMA CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, sujeitando a CONTRATADA às penalidades contratuais os seus descumprimentos.

12.14 - Da Proteção de Dados Pessoais.

12.14.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.14.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.14.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

12.14.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

12.14.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

12.14.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.14.4 - Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.



12.14.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.14.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.14.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.14.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.14.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.14.10 - Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.14.11 - Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.14.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.14.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto



nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.14.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.14.16 - Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

12.15 - Exonerar a Administração por qualquer responsabilidade, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, métodos ou processos adotados durante a execução do serviço contratado.

12.16 - Reconhecer a propriedade do Estado, na figura do CONTRATANTE, de todos os fósseis e achados localizados durante a execução dos serviços, fazendo-lhe a pronta entrega, quando for o caso.

12.17 - Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal, com o devido cumprimento da legislação e condicionantes ambientais, observando o que dispõe o Termo de Referência, sem alegação de ônus para a Administração.

12.18 - Executar os serviços, de acordo com as especificações e orientações da fiscalização da SEAG, sempre tomando como premissa as especificações e procedimentos, inerentes a cada caso, publicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

12.19 - Todos os serviços de campo (topografia e estudo geotécnico) deverão ser informados ao fiscal do contrato com no mínimo 05 (cinco) dias úteis de antecedência para possível acompanhamento dos serviços.

12.20 - A Contratada poderá subcontratar serviços técnicos especializados e necessários ao levantamento de dados primários em campo, tais como: topografia, sondagem, análises laboratoriais, limitado a 25% do valor total do contrato.



12.21 - Destinar pessoal especializado e em número suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados.

12.22 - Destinar veículos e equipamentos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como de todo o material necessário para execução destes;

12.23 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

12.24 - Apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente Licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

12.25 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal), previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente Contrato;

12.26 - Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE qualquer dificuldade eventual que inviabilize a execução dos serviços, a fim de serem adotadas as providências cabíveis;

12.27 - Só poderá proceder a alteração de qualquer integrante da Equipe Técnica indicada para a prestação do serviço apresentada no processo licitatório, após submeter à análise e aprovação do CONTRATANTE e desde que tenha acervo técnico equivalente ou superior ao do profissional anterior.

12.28 - A empresa contratada deverá obedecer às leis e posturas municipais, estaduais e federais.

12.29 - Os projetos devem atender também os padrões de projeto exigidos pelas permissionárias envolvidas.

12.30 - A empresa contratada deverá fornecer relação das licenças e autorizações necessárias para a implementação e implantação do projeto, e será responsável pela obtenção das aprovações técnicas requeridas por prefeituras, bem como junto a DER, DNER, DNIT, etc.

12.31 - É de sua responsabilidade toda alteração ou modificação nos projetos para que as empresas de executoras das obras obtenham as licenças de construção e autorizações para utilização de postes de terceiros.

12.32 - O recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/ES, ficará a cargo do Contratado, sendo indispensável e obrigatória a apresentação na ocasião da entrega dos projetos.

COMPETE À CONTRATANTE:

12.33 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.

12.34 - Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto.

12.35 - Efetuar o pagamento após a apresentação da nota fiscal referente aos serviços realizados estabelecidos no cronograma físico-financeiro;

12.36 - Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas;

12.37 - Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste Contrato.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á ao disposto NORMA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE EMPRESAS CONTRATADAS, sendo que o seu descumprimento poderá importar em responsabilidade civil e administrativa.

13.1.1 - Em caso de descumprimento, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Norma para Avaliação de Desempenho mencionada, por decisão da Administração.

13.2 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- (a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- (b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- (c) der causa à inexecução total do contrato;
- (d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- (f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- (g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

13.3 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



13.3.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

13.3.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

13.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

13.3.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

13.3.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

13.3.4.2 - O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.3.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento), incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.2 -;

13.3.4.4 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.2 -, a multa será de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato. Casos graves podem ser considerados: Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual; quando houver descumprimento na execução dos serviços solicitados, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;

13.3.4.5 - Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a inexecução total do contrato, descrita na alínea “c” do subitem 13.2 -;

13.3.4.6 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.2 -, a multa será de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

13.3.4.7 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.2 -, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.



13.3.4.8 - A multa será de 0,5% (meio por cento) para cada equipamento solicitado e não disponibilizado, até o máximo de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.4 - Eventuais multas por atraso na apresentação, suplementação ou reposição da garantia estão previstas na cláusula de garantia, aplicando as disposições da presente cláusula subsidiariamente.

13.5 - Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas novamente, mas o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

13.6 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

13.7 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei 14.133/2021.

13.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

13.10 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

13.10.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.10.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



13.10.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

13.10.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.10.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

13.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

13.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

13.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

13.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

13.15 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).



13.15.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

13.16 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

14.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

14.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

14.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

14.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

14.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO

15.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

15.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:



15.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3 - Indenizações e multas.

15.4 - Em caso algum o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

16.2 - A comunicação e o procedimento de aplicação das penalidades observarão o disposto neste contrato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A FISCALIZAÇÃO será feita pela SEAG/GVR – Gerência de Obras Viárias, que poderá ser auxiliada por empresa supervisora dos serviços das vias integrantes do Programa Caminhos do Campo, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 - Caso solicitada pela SEAG, a empresa supervisora deverá atestar a realização de seu objeto do contrato, seja por meio de Relatório de Análise de Estudos para Anteprojeto (RAEP 01), Relatório de Análise de Anteprojeto (RAEP 02) ou Relatório de Análise de Estudos e Projetos (RAEP 03), sem o que não será permitido qualquer pagamento.

17.3 - Quando não houver acatamento das determinações da fiscalização por parte dos prepostos e responsáveis da CONTRATADA, será facultado à fiscalização da SEAG exigir a sua substituição por outro profissional, a critério da CONTRATADA, com aprovação do CONTRATANTE.

17.4 - A CONTRATADA estará submetida durante a vigência do contrato aos procedimentos de avaliação de desempenho de contratos estabelecidos pela SEAG na Norma de Procedimento Nº 009.

17.5 - As solicitações de pagamento deverão conter pedido da CONTRATADA à Gerência de Obras Viárias (GVR/SEAG-ES), devidamente assinado e acompanhado de:

a) Descrição detalhada das atividades realizadas no período;



- b) O produto propriamente dito, conforme a etapa em executada;
- c) Relatório fotográfico e demais evidências da execução das atividades;
- d) Cronograma físico-financeiro atualizado.

17.6 - Após as análises, havendo vícios sanáveis, estes serão comunicados ao CONTRATADO, que disporá de prazo para saná-los. Após o saneamento de todas as inconsistências informadas, o produto poderá ser classificado como “Aprovado” pela Contratante, que disponibilizará os recursos para medição.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

18.1 - Representarão a CONTRATADA na execução do ajuste, como prepostos, os profissionais indicados na sua HABILITAÇÃO.

18.2 - O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução do serviço.

18.3 - A eventual substituição de profissional só será possível mediante comunicação por escrito ao CONTRATANTE, devidamente justificada. Do técnico substituto deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho Regional da categoria, comprovando ter o mesmo a qualificação técnica compatível com a do substituído. As Certidões de Acervo Técnico – CAT a serem apresentadas terão as mesmas exigências do Edital para o profissional substituto.

18.4 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais – E-DOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL

19.1 - O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto, conforme previsto no Artigo 140, § 5º da Lei 14.133/2021.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 - A Contratada poderá subcontratar serviços técnicos especializados e necessários ao levantamento de dados primários em campo, tais como: topografia, sondagem, análises laboratoriais, limitado a 25% do valor total do contrato.

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS



21.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22 - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais

Local, ____ de _____ de _____ (preencher).

Nome da Contratante
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Nome da Contratada
Representante (nome completo)
Documento de Identificação

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CESAR FACHETTI MILLI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
GVR - SEAG - GOVES
assinado em 07/05/2026 11:17:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/05/2026 11:17:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CESAR FACHETTI MILLI (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - GVR - SEAG - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-083XVW>